UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

JANAINA GHIGGI

SE ESSA RUA FOSSE MINHA:

Produção de subjetividade na experiência cotidiana das mulheres na cidade

PORTO ALEGRE

2019

JANAINA GHIGGI

SE ESSA RUA FOSSE MINHA:

Produção de subjetividade na experiência cotidiana das mulheres na cidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Dra. Simone Mainieri Paulon

Porto Alegre
2019

JANAINA GHIGGI

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia Social e Institucional, apresentada na data de 29 de agosto de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Artur Costa (UFRGS)

Prof. Dr. Rodrigo Lages e Silva (UFRGS)

Profa. Dra. Daniela Mendes Cidade (UFRGS)

Profa. Dra. Márcia Tiburi (Université Paris 8)

Também sei das coisas por estar vivendo. Quem vive sabe, mesmo sem saber que sabe. Assim é que os senhores sabem mais do que imaginam e estão fingindo de sonsos.

(Lispector, 1977, p. 12).

RESUMO

A presente dissertação dedica-se a investigar a articulação corpo-cidade e como esta acontece cotidianamente a partir do recorte de gênero: que cidade é essa, afinal, que se apresenta para as mulheres? Que forças concorrem para que as mulheres se subjetivem de determinadas maneiras e quais os caminhos alternativos para que elas possam melhor se apropriar do espaço urbano? São questões que este trabalho busca responder através de uma aproximação transdisciplinar, ao abordar a cidade em sua dimensão concreta e metafórica e adotar o feminismo interseccional como fio condutor para o debate. Utilizando-se do método cartográfico, as ferramentas investigativas forjaram-se ao longo do percurso, entre as quais se destacam os diários de campo elaborados junto à Ocupação de Mulheres Mirabal e obras artísticas que atuam como disparadoras das questões aqui pesquisadas, em especial aquelas que utilizam o corpo das mulheres como território de confrontação. A partir do entendimento dos planos macro e micropolítico como fios que se entretecem na mesma trama, são apontadas iniciativas de mulheres que exercem um movimento de resistência no jogo do poder e contribuem, assim, para a construção de uma sociedade mais sensível às questões de gênero. Destaca-se, ainda, a potência da produção do comum, pautado em um conjunto de práticas que acenam para novos modos de sensibilidade e processos de singularização ao se oporem ao regime hegemônico da máquina de produção de subjetividade.

Palavras-chave: cidade; subjetividade; mulheres; produção do comum.

ABSTRACT

This dissertation is dedicated to investigate the body-city articulation and how it happens daily from the gender perspective: which city is this, after all, that presents itself to women? What forces compete for women to subjectify themselves in certain ways and what are the alternative ways for them to better appropriate urban space? These are questions that this paper seeks to answer through a transdisciplinary approach, by addressing the city in its concrete and metaphorical dimension and adopting intersectional feminism as the guiding thread for the debate. Using the cartographic method, the investigative tools were forged along the way, among which stands out the field diaries prepared with the Occupation of Mirabal Women and artistic works that act as triggers of the questions researched here, especially those that use women's bodies as a territory of confrontation. From the understanding of the macro and micropolitical planes as threads that intertwine in the same plot, women initiatives that exert a resistance movement in the power game are pointed out and thus contribute to the construction of a society more sensitive to gender issues. Also it is stressed that power of the production of the common, based on a set of practices that point to new modes of sensibility and singularization processes by opposing the hegemonic regime of the subjectivity production machine.

Keywords: city; subjectivity; women; production of the common.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: *ZOOM IN* NA ESCALA DO COTIDIANO 8
2. CIDADE E SUBJETIVIDADE 17
2.1 Anatomia do corpo urbano 17
2.2 Arquitetura fálica das cidades masculinas 23
3. CIDADE PARA MULHERES: MODOS DE USAR 32
3.1. O medo como dispositivo de controle 32
3.2 - “Lugar de mulher” e mulheres sem lugar 48
4. URBANISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO 61
4.1 Não violarás 61
4.1.1 Uma pequena utopia feminista 64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PRODUÇÃO DO COMUM NOS MOVIMENTOS DE MULHERES 66
REFERÊNCIAS 73

1. INTRODUÇÃO: *ZOOM IN* NA ESCALA DO COTIDIANO

Figura 1 Imagem de satélite de Brasília - NASA. Fonte: Archdaily.

O Número 2 não para de falar. O Número 4 está entediado. O Número 10 tem um câncer, mas disse aos pais que vai se curar. O Número 15 grita. O Número 6 está na internet. O Número 29 é uma mulher[1]. Em seu conto Cidade, o escritor português Gonçalo M. Tavares expressa que, sob certo ponto de vista, somos apenas números condenados à crua banalidade rotineira. Assim habitamos as cidades na maior parte do tempo: imersos em atividades ordinárias, mais ou menos atentos aos eventos importantes na escala coletiva e, vez por outra, desorganizados por uma grande alegria ou pequena tragédia pessoal (e vice-versa). Quanto às cidades, os fatos me levam a crer que seguem sendo feitas para serem habitadas por meros números. Mas meus olhos voltam ao início do parágrafo: o número 29 é uma mulher.

Exploraremos, nesta dissertação, as experiências cotidianas das mulheres na cidade, suas dificuldades específicas ao se colocarem no espaço urbano e também seus modos

[1] Trecho de Cidade, em O Torcicologologista, Excelência, de Gonçalo M. Tavares.

de driblar tais obstáculos. Sabemos que, hegemonicamente, a cidade é pensada a partir da vista de topo, e não ao nível dos olhos, o que resulta em um abismo entre o planejamento urbano e sua apropriação pelas pessoas. O que vemos quando acercamos o olhar e tomamos por pessoas todos estes números de habitantes, com suas semelhanças e singularidades? Propomos uma aproximação radical através de um zoom in na escala do cotidiano, buscando não apenas analisar a cidade enquanto território de relações políticas, sociais, econômicas, históricas e culturais, mas a partir do entendimento que a realidade viva e pulsante extravasa planejamentos e ideologias e atravessa os corpos que ali circulam.

Tomemos como exemplo a capital do país. Vista de cima, Brasília é uma das cidades mais fáceis de reconhecer pela sua forma. Com um gesto Lúcio Costa traçou no papel duas linhas em cruz que assinalam um símbolo de conquista de quem toma posse de um território. Surgiu assim o conceito do plano-piloto, que ilustra a ideia da criação da nova capital brasileira em meio ao deserto cerrado; um sinal da cruz abençoando a nova cidade ou, então, uma aeronave futurista rumando ao Progresso, que chegava cheio de "boas intenções". Temos em Brasília um exemplo conhecido e próximo: celebrado emblema dos preceitos modernistas, se a uma grande distância a vista pode ser impressionante, na esquecida escala cotidiana não há muito o que comemorar. Os espaços públicos são amorfos e pouco convidativos, as vias largas e retilíneas são monótonas e esvaziadas de pedestres. Artificial, Brasília ainda não tem o homem de Brasília feito à sua imagem e semelhança[2].

A visão funcionalista proclamada pela Carta de Atenas no IV CIAM[3] passou a orientar os planejadores urbanos da época. Velocidade, racionalidade, ordem e tecnologia eram ideais exaltados em detrimento das características da cidade tradicional. A rua, como se conhecia até então, deu lugar às autoestradas de rápido deslocamento, de onde se podia avistar os prédios cada vez mais altos, dispersos em vastos espaços verdes desabitados. A diversidade de usos e atividades cedeu lugar aos setores monofuncionais, talvez pelo desejo de ordem e progresso diante da sociedade incontrolável. Os locais de encontro passaram a ser os shopping centers, enquanto o espaço público, tomado pelo crescente número de carros, tornava-se hostil à circulação dos pedestres. Cada vez mais popular e com a possibilidade de cobrir maiores distâncias, o automóvel permitiu a mobilidade entre as zonas setorizadas e incentivou a expansão horizontal da cidade (*urban sprawl*),

[2] Referência à crônica "Os primeiros começos de Brasília", de Clarice Lispector.
[3] Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

enquanto o transporte público, por sua vez, não recebeu incentivos para acompanhar a crescente demanda por mobilidade. Tomado pelo espírito de desenvolvimento tecnológico da época, o urbanismo modernista com suas intenções de criar cidades saudáveis, funcionais e inteligentes, produziu justamente o oposto: áreas urbanas inóspitas, dominadas por automóveis e demandando níveis energéticos insustentáveis para manter sua estrutura de funcionamento.

Neste ritmo, assistimos ao longo das últimas décadas a progressiva desconsideração da escala humana no planejamento urbano, somada à febre dos megaprojetos assinados por *starchitects*, mais glamourosos e sedutores do que a vida comum que se desenrola nas calçadas dos bairros. Com um pensamento antagônico do modernismo, o urbanista dinamarquês Jan Gehl cunhou o termo "Síndrome de Brasília" para descrever as cidades cujo planejamento privilegia a escala macro em detrimento da micro. Gehl defende a priorização da escala humana no planejamento urbano, garantindo o protagonismo das pessoas nas decisões de planejamento. A escala do cotidiano é marcada pela complexidade e pluralidade, elementos imprescindíveis para um espaço urbano que deseje ser verdadeiramente democrático.

Jane Jacobs (1961), mordaz crítica do urbanismo modernista e cujo pensamento inspirou Gehl, já afirmava em seu livro seminal Morte e vida de grandes cidades que a esfera pública urbana exerce um papel fundamental na constituição das interações coletivas e tramas socioespaciais por ser, em sua essência, palco de convivência do heterogêneo e da pluralidade. A autora defende que "se os contatos proveitosos e significativos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência na vida privada, a cidade não teria serventia" (Jacobs, 1961, p. 59). Henri Lefebvre, ao analisar a problemática urbana em sua dimensão transformadora da sociedade, cunhou o termo "direito à cidade" em seu livro-manifesto homônimo, no qual disserta sobre como a urbanização no século XX passou a ser, no lugar da industrialização, motor dos processos de transformação social. Dentre as conclusões, pensar a alienação a partir da configuração da cidade abre a possibilidade de lutar pela construção de uma nova sociedade, focada nas necessidades das pessoas e a autogestão em todos os âmbitos da vida.

Muito em voga hoje, a discussão do direito à cidade vem ganhando corpo no âmbito acadêmico e nos movimentos sociais, ao enfatizar a ideia de cidadania e pertencimento e embasando as reivindicações por educação, moradia, saúde e equipamentos coletivos

providos pelo Estado. No Brasil, o Estatuto da Cidade (2001) inscreveu o direito à cidade na Lei Federal. O Estatuto é um instrumento jurídico inovador, criado a partir do amplo movimento pela reforma urbana no país que tem como prioridade o grande desafio de superar o legado de décadas de exclusão social e garantir o acesso à terra urbana e a igualdade social (O Estatuto da Cidade: comentado, 2010).

Dando seguimento à produção de Henri Lefebvre, David Harvey define o direito à cidade como

> muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados (Harvey, 2012, p. 74).

Enquanto a Lei do Estatuto da Cidade "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (Estatuto da Cidade: comentado, p. 91), na prática, o acesso à cidade é extremamente desigual, tanto em sua dimensão material quanto discursiva e simbólica. Além dos aspectos referentes à mobilidade urbana, moradia, meio-ambiente, entre outros, que integram o estudo das cidades, esta pesquisa investiga o direito à cidade a partir do recorte de gênero, sendo este um indicador de assimetria no acesso aos espaços públicos da cidade e em consequência, do direito à cidadania plena.

Os movimentos feministas crescentemente colocam em pauta a questão da violência sofrida pelas mulheres na cidade. Como assinalam Cisne & Gurgel (2008), as mulheres, marcadas por múltiplas opressões e explorações patriarcal-capitalistas, ainda são associadas - em maior ou menor medida, e de acordo com o lugar social ocupado por cada mulher - à esfera da domesticidade, de modo que existe uma tensão permanente quando se trata de sua presença nos espaços públicos. Há um estigma cultural pressupondo que uma mulher sozinha está vulnerável ao assédio, o que acarreta no impedimento do acesso a um direito fundamental: o de circular e ocupar livremente a cidade. A percepção da insegurança e o sentimento de vulnerabilidade induzem as mulheres a manterem um controle contínuo sobre seus corpos e comportamentos, e assim modificam suas práticas sociais de diversas maneiras.

As relações assimétricas de apropriação do espaço público remetem a Foucault (1989) e sua produção acerca do poder**,** estabelecido não como algo localizado, mas que circula e se exerce em rede, onde e os indivíduos estão sempre em posição tanto de exercer como de sofrer sua ação. E aí há espaço para a resistência, para o tensionamento das dinâmicas estabelecidas, mas não imutáveis. Através de linhas de fuga vai se tecendo a malha de resistência que mostra sua potência ao enfatizar que a subjetividade é constantemente produzida, atentando para os campos de possibilidade e os modos de existência que estão ao nosso alcance.

Atuando no plano da micropolítica ao se propor a tornar visível e audível as forças que nos atravessam, nos afetam e nos constituem cotidianamente, a análise de implicação assume o compromisso de colaborar com as demandas sociais e com a transformação do campo no qual está inserida. A aproximação da realidade com toda sua complexidade "é um desafio, que considera o irredutível, o não homogêneo e a imperfeição, conhecendo a realidade através das incertezas, dos problemas e das contradições" (Paulon & Romagnoli, 2010, pg. 89).

Convém neste momento contextualizar os motivos que me instigam a traçar este caminho de pesquisa e também e tecer algumas considerações sobre meu lugar de fala. Durante meu percurso na graduação em Arquitetura e Urbanismo inquietou-me a lacuna existente na formação acadêmica, que não contempla de que modo a arquitetura e urbanismo compõem e são constituídos por processos de subjetivação. Durante meu ano letivo na Holanda, onde os estudos urbanos são abordados a partir de uma perspectiva holística que aprofunda a correlação das complexidades políticas, econômicas, sociais e ambientais, encontrei uma brecha animadora em minha área de graduação. Somado a isto, experienciar o cotidiano em uma metrópole brasileira como mulher e reconhecer a cultura do estupro enquanto força subjetivante, sinto-me convocada a reagir. Assim, comprometo-me a refletir *desde* o meu lugar *sobre* o meu lugar, reconhecendo de que formas minha condição converge e diverge de outras mulheres que ocupam posições diversas no jogo social, considerando principalmente atravessamentos de classe e raça.

Com estes questionamentos em mente, em 2017 me aproximei do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI-UFRGS) ao participar como aluna especial da disciplina Cidade e Subjetividade, onde tomei conhecimento do

projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo INTERVIRES[4] "Experiências urbanas e produção do comum - modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância" (Paulon et al, 2016). Trata-se de uma pesquisa-intervenção que objetiva analisar as fronteiras sutis produzidas na experiência de diferentes grupos nas cidades. Utilizando-se do método cartográfico, propõe a investigação acerca dos modos de vida que compõem a experiência urbana em Porto Alegre, acompanhando diferentes grupos urbanos e evidenciando suas experiências coletivas, modos de exclusão e, no contraponto, como produzem um comum.

Desta maneira, a presente dissertação articula-se à pesquisa citada (doravante referida como "Pesquisa Cidades") ao estabelecer também como campo a Ocupação de Mulheres Mirabal, um dos grupos selecionados em conjunto pela Pesquisa Cidades. Ao longo de aproximadamente um ano, nos empenhamos em acompanhar as mulheres da Mirabal, localizada inicialmente no Centro Histórico de Porto Alegre. Iniciou-se então o desafio cartográfico de transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá* (Passos, Kastrup e Escóssia, 2015) ao assumir como atitude a experimentação e a abertura para a contaminação com o inesperado. Construiu-se, assim, a bússola sob medida para guiar esta caminhada a passos ora lentos, ora rápidos; que acolheu obstáculos, desvios e retornos, becos sem saída, pausas repentinas; aproximações e distanciamentos para enxergar melhor: afinal, aquilo que vemos nos olha de volta[5]. Ir e voltar, errar de estrada, perder-se com o mapa nas mãos. Jogar fora o mapa, tomar o pulso da cidade e desenhar outro no corpo. Flanar, sempre seguir: o erro do errante é parar.

Tateando as pistas, imergimos no território de investigação sem roteiro fixo ou missão estruturada. Como apontam Passos, Kastrup e Escóssia (2015), a cartografia baseia-se no acompanhamento processos e dissolve o ponto de vista do observador ao recusar o objetivismo positivista. Tal tarefa exige uma política de narratividade para dar conta das diferentes formas de afetação que compõem o percurso. Foi assim que, em alguma bifurcação de caminhos, nos deparamos com obras artísticas que acabaram por ajudar a dar conta dos afetos disparados no processo investigativo. Em concordância com a visão benjaminiana, reafirmamos a potência artística de despertar a sensibilidade e ampliar a capacidade de imaginação. Se, para a poeta Ana Cristina César (2013, p. 55), "arte é

[4] INTERVIRES - Pesquisa-Intervenção em Saúde Mental, Política Públicas e Cuidado em Rede: Grupo de Estudos, Pesquisas, Invenções, Intervenções no campo da saúde coletiva, das políticas de saúde mental e políticas de subjetividade contemporâneas. Vinculado ao PPGPSI-UFRGS, desde 2008, coordenado pela professora Dra. Simone Mainieri Paulon.

[5] Referência ao livro de Georges Didi-Huberman intitulado "O que vemos, o que nos olha".

aquilo que nos ajuda a escapar da inércia", ainda acrescentamos que a arte pode nos aproximar da utopia. Utilizaremos em todos os capítulos trabalhos artísticos que atuam como disparadores da discussão dos temas tratados. Obras que se desdobram em muitas ao receberem olhares diversos, e convidam o leitor a participar do *continuum* de criação de sentidos que forem despertados.

Assumindo que estou implicada no que pretendo objetivar, e na busca de abarcar a complexidade e o caráter processual dos estudos em subjetividade, a pesquisa-intervenção é o caminho a ser percorrido. A compreensão da análise das implicações atravessa toda a pesquisa e aqui se fará ferramenta do processo de investigação é sustentada pelos teóricos institucionalistas, principalmente René Lourau (1993). Ao colocar em análise as noções de sujeito e objeto, de pesquisadora e campo de pesquisa e ao defender a não separação entre eles leva-se em consideração a implicação da pesquisadora e a indissociabilidade entre a produção de conhecimento e a atuação/intervenção. Para tanto, é importante uma postura crítica, combater o reducionismo em busca da desnaturalização e, sobretudo, uma preocupação com a transformação do campo em que me insiro (Romagnoli, 2014). É característica dessa metodologia a produção de novas subjetividades, a dimensão da criação e do inesperado:

> Desvios que podem se dar na alteração da demanda, na emergência do inesperado, nos deslocamentos que podem ser produzidos nas subjetividades que participam do estudo, nos focos de invenção parciais que podem eclodir no processo, eclodir na "pele" a qualquer momento da investigação. Não é somente uma proposta de ser um agente de mudanças e alterar os campos de pesquisa, mas inicialmente de alterar a nós mesmos (Paulon & Romagnoli, 2010, p. 95).

Recorremos ainda a autoras como Donna Haraway, Joan Scott e Djamila Ribeiro para estruturar a argumentação a respeito da produção de conhecimento emancipatório e politicamente orientado, além de outras questões que envolvem experiências de mulheres. Entendemos que o conhecimento é social e historicamente situado e que a posição ocupada por grupos marginalizados torna possível questionamentos e interpretações que grupos hegemônicos não alcançam. Através deste olhar conquistado pela experiência podemos tirar partido do privilégio epistêmico do ponto de vista feminino para analisar as opressões sofridas.

É essencial enfatizar que as mulheres serão abordadas enquanto grupo heterogêneo, de modo que afirmamos a diferença e a pluralidade através do viés pautado na perspectiva

interseccional. Cunhado por Kimberlé Crenshaw, o termo conceitualiza as consequências estruturais e as dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Reconhecemos que não há primazia de uma opressão sobre outra, e não se pode pensar categorias de classe, raça e gênero de forma isolada (Ribeiro, 2016).

Com relação à neutralidade científica e ao distanciamento supostamente necessário à produção de conhecimento, o ponto de vista feminista valoriza a objetividade enquanto aspiração da investigação cientifica, mas uma objetividade feminista, que, segundo Donna Haraway (1995) trata-se de saberes localizados. “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 18).

Nesta dissertação buscamos mergulhar na transdisciplinaridade como exercício de perspectivação dos olhares para explorar a articulação cidade-subjetividade, corpo-espaço, fluxos urbanos e modos de vida na cidade, posto que as entendemos como mutuamente complementares. Contrapondo a tradicional dualidade que considera o estudo das cidades e dos processos de subjetivação como disciplinas autônomas, Guattari (1993) afirma que a cidade não é um problema como os outros, e sim o primeiro deles: o problema-cruzamento das questões sociais, econômicas, e culturais, pois além de engendrar a existência humana conforme todos os aspectos, por meio de equipamentos materiais e imateriais,

> também produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites, o futuro da inovação social, da criação de todos os domínios. Constata-se muito frequentemente um desconhecimento deste aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade (Guattari, 1993, p. 173).

Diante dos tenebrosos retrocessos que as minorias vêm sofrendo na esteira do avanço do conservadorismo, somando-se com o desmonte das políticas públicas e ascensão do autoritarismo heteronormativo, é urgente a necessidade da produção de conhecimento que contribua para a afirmação destas existências no ambiente acadêmico e na vida. Com este objetivo, exploramos linhas de fuga, ações moleculares e desvios aos modos

de subjetivação da sociedade contemporânea. Entre as justificativas para este caminho pesquisante encontro-me com as palavras da poetisa Silvia Plath cuja intensidade fala do tema que aqui se vai dissertar:

> Ter nascido mulher é minha terrível tragédia (...) sim, meu desejo ardente de participar da cena anônima, ouvindo, registrando - o fato de eu ser uma moça, uma fêmea em risco perpétuo de ser atacada e espancada, estraga tudo isso. (...) Quero ser capaz de dormir em campo aberto, ir para o oeste, caminhar livremente à noite (Plath, 2004, p. 26).

Ainda, inspirada pelas palavras de Suely Rolnik (1995), subscrevo a noção de que o trabalho do pensamento é convocado diante do mal-estar que nos acomete quando as forças do mundo que habitamos nos desestabilizam em relação às referências que nos situavam. Buscar um sentido novamente demanda o esforço do pensamento, e "com ele fazemos a travessia destes estados sensíveis que embora reais são invisíveis e indizíveis, para o visível e o dizível. O pensamento, neste sentido, está a serviço da vida em sua potência criadora" (Rolnik, 1995, p. 01).

O conceito chave que será explorado no escopo desta dissertação é a articulação corpo-cidade e como esta acontece cotidianamente a partir do recorte de gênero. Que cidade é essa, afinal, que se apresenta para as mulheres? Que forças concorrem para que as mulheres se subjetivem de determinadas maneiras e quais os caminhos alternativos para que elas possam melhor se apropriar do espaço urbano? Estas são questões que costuram as reflexões desenvolvidas nas páginas seguintes.

2. CIDADE E SUBJETIVIDADE

2.1 Anatomia do corpo urbano

Figura 2 *Körperkonfigurationen*, VALIE EXPORT.

Figura 3 *Körperkonfigurationen*, VALIE EXPORT.

As imagens que abrem o capítulo são integrantes da série *Körperkonfigurationen* (1972-76), da artista VALIE EXPORT. A performance explora o corpo que falha ao tentar se acomodar na arquitetura existente, sugerindo tanto o embate indivíduo *versus* o mundo concreto quanto sujeito *versus* questões estruturais normatizadas. A quem serve a cidade, a que corpos? O que produz este encontro de partes tão desproporcionais e diversas? Em constante tensão, os corpos que habitam o mundo concreto praticam a desconcertante ginástica da adaptação às forças que moldam a realidade urbana.

Nas palavras do sociólogo Robert Park, a cidade é "a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver" (1967: 3). Com diferentes contextos históricos surgem novos modos de criar e habitar cidades, nunca desconectados dos regimes políticos vigentes. O ambiente urbano, esta criação humana, transformou-se radicalmente ao longo do arco histórico para dar conta das necessidades inerentes a cada lugar e época. Até certo ponto, a história das nossas cidades pode ser lida na sua própria materialidade por observadores mais atentos, como assinala a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (1988). Os rastros do passado deixam vestígios na arquitetura e nos princípios que guiam o planejamento das cidades de hoje. A cidade também é, assim, uma forma particular de escrita, uma linguagem que narra a memória coletiva do espaço e, se decodificada, revela histórias de glória e decadência ao longo do tempo. Inseparável da concretude dos edifícios e praças está a história dos humanos que a materializaram.

Com efeito, o espaço é, antes de qualquer coisa, produto de inter-relações. A geógrafa britânica Doreen Massey (2004) conceitualiza o espaço a partir de três principais postulados. Para a autora, existem sempre em algum momento no tempo conexões ainda por serem realizadas, transformadas em interações - ou não, dado que nem todas as conexões potenciais precisam ser estabelecidas. Em segundo lugar, é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, onde distintas trajetórias e vozes coexistem. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço: são co-construtivos. E por último, o espaço está sempre num processo de devir**,** nunca finalizado ou fechado - justamente por ser produto de inter-relações, práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas.

Desta maneira, é impossível separar as transformações físico-espaciais das intenções políticas e dos efeitos no campo da subjetividade dos habitantes do espaço. Como

exemplifica Cardoso (2016), podemos pensar a cidade como um exoesqueleto do corpo humano, um elemento ativo da composição das mais diversas subjetividades. O sujeito é o espaço que agencia e pelo qual é agenciado, de modo que pensar a cidade é pensar nossa subjetividade. Para ilustrar esta indissociabilidade, tomemos o exemplo narrado por Sennett (2014) ao resgatar o contexto em que a Paris medieval foi demolida para dar lugar à icônica cidade luz tal como conhecemos hoje.

O evento da remodelação urbana parisiense esboça as ambivalências presentes no planejamento urbano, como apontam Baptista e Rodrigues (2010). Por duas décadas, em meados do século XIX, um terço de Paris resumiu-se a um enorme canteiro de obras. Preocupado em reprimir as desordens populares evidenciadas na Revolução Francesa, Napoleão III idealizou uma cidade com largas e retilíneas avenidas no lugar das ruelas medievais labirínticas e insalubres, onde motins eram planejados e facilmente dispersos em caso de perigo. Resoluto, o imperador entregou o mapa de Paris ao Barão de Haussmann, que ao longo dos anos seguintes concretizou o megaprojeto, rasgando no tecido urbano medieval as "artérias e veias" sem comoção ao reduzir a pó os populosos quarteirões históricos que estavam no caminho.

Celebrado como modelo de urbanismo moderno, o traçado iluminista materializava os valores que ganhavam protagonismo à época: racionalidade, conexão, mobilidade, velocidade. Ao indivíduo que antes vivenciava interações sociais contínuas em meio à multidão agitada nas ruas estreitas e sinuosas, foi apresentada uma nova forma de deslocar-se e interagir com e no espaço: podia então mover-se com crescente rapidez e independência nas retilíneas vias esquadrinhadas, e com isso voltava-se cada vez mais para sua interioridade.

Os corpos se inscrevem e contribuem para a formação do traçado das cidades da mesma maneira como as memórias se inscrevem e contribuem para a configuração de nossos corpos (Jacques & Britto, 2009). Tal entendimento simbiótico entre corpo e cidade, contudo, não esteve sempre posto. Por muito tempo a dualidade cartesiana que distinguia corpo e alma apresentava uma concepção de subjetividade atrelada à interioridade de cada corpo individual, sendo um dos desdobramentos o entendimento dos espaços enquanto algo externo e objetivo. Mais tarde, como explorada na genealogia foucaultiana, esta noção de subjetividade internalizada foi desnaturalizada através da demonstração de sua formação historicamente datada. Interessa-nos nesta dissertação pensar a subjetividade como processo variável que, como retomado por

Ferreira Neto (2004), emerge indissociada dos processos históricos, sociais, políticos, econômicos e urbanos, num contínuo vir a ser marcado pela contingência e não por um determinismo fatalista. Deste modo, temos sempre presente a possibilidade da construção de novos modos de subjetivação numa perspectiva ético-política.

A partir de Foucault, Deleuze (2005b) conceitualiza a subjetividade como um composto de forças distribuídas no espaço que circula e atravessa diferentes corpos, humanos e não-humanos, constituída como uma dobra que se volta sobre si mesma - uma linha do "lado de Fora". O Fora pode ser definido como um aglomerado pré-individual de forças ainda não agenciadas, marcado pela indeterminação, visto que o fluxo contínuo de forças pode mudar de direção a qualquer instante. Ao dobrar o lado de Fora, é formada uma invaginação que cria um espaço interior cujos limites são feitos do próprio Fora, para o qual nunca há um fechamento completo, de modo que O Eu permanece rachado, diretamente aberto às forças do fora. A subjetividade constitui um desvio do Fora, complexificando o campo de forças formado em um determinado momento. As forças, por sua vez, não possuem uma constituição pré-definida: podem ser temporais, espaciais, biológicas, linguísticas, místicas, tecnológicas, entre tantas outras (Cardoso, 2016).

Entendida esta articulação, vislumbramos como diferentes regimes políticos fazem despontar novos modos de subjetivação que, entrelaçados, possibilitam sua instauração. Em Post-scriptum sobre as sociedades de controle, Deleuze (1992) retoma as sociedades disciplinares descritas por Foucault, cujo apogeu se deu no início do século XX, e nos apresenta o regime de controle, que atualiza as estratégias de domínio social. Marcada pelo enclausuramento, a sociedade disciplinar essencialmente buscava concentrar os indivíduos, distribuí-los no espaço e ordená-los no tempo, compondo assim uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares. Por muito tempo as pessoas passavam a vida deslocando-se de um espaço fechado para outro, cada um com suas regras específicas: família, escola, fábrica, caserna, hospital e, alguns, prisão - o meio de confinamento por excelência. Foucault, no entanto, já sinalizava o caráter efêmero deste modelo de controle.

Vivemos atualmente os desdobramentos de uma configuração social onde o controle opera através de estratégias cada vez mais sutis, discretas e imateriais. Se, como coloca Pelbart (2015), na sociedade disciplinar ainda se tinha a ilusão de transitar de uma esfera institucional a outra com uma certa brecha de respiro, o regime de controle

borrou as fronteiras e infiltrou-se em todas as brechas. Nem o corpo, o psiquismo, a comunicação, a fé e até mesmo o inconsciente conseguem preservar qualquer exterioridade em relação aos poderes, que operam de maneira imanente, já não de fora ou de cima, mas internamente, antecipando, colonizando e capturando a seu favor os movimentos de desobediência.

> Hoje, o controle é menos severo e mais refinado, sem ser, contudo, menos aterrorizador. Durante todo o percurso de nossa vida, todos nós somos capturados em diversos sistemas autoritários; logo no início na escola, depois em nosso trabalho e até em nosso lazer. Cada indivíduo, considerado separadamente, é normatizado e transformado em um caso controlado por um IBM. Em nossa sociedade, estamos chegando a refinamentos de poder os quais aqueles que manipulavam o teatro do terror [nas execuções penais públicas] sequer haviam sonhado (Foucault, 2003, p. 307).

O regime de controle, no entanto, não se opõe ao disciplinar, mas lhe dá continuidade e o intensifica. Antes circunscrito a um espaço fechado, agora extravasa os espaços delimitados e abocanha todo o campo social. O que se destaca neste novo modelo é a expansão dos domínios institucionais para muito além do espaço físico, de modo que há uma vigilância contínua sobre o indivíduo. O controle social não ocorre materialmente tanto quanto num momento anterior, e se dá em grande medida através dos afetos (Hardt, 2000).

Este movimento de infiltração da lógica do controle também passa a caracterizar a forma das subjetividades produzidas. Os dispositivos de controle atuam através da dispersão e capilarização, à maneira própria da máquina capitalista. Pensar na produção de subjetividade na sociedade de controle, portanto, requer atentar para os processos de subjetivação do capitalismo contemporâneo que através de estratégias inventivas e sedutoras, sob a máscara da liberdade e pertencimento controlam eficazmente nossos obedientes corpos (Araújo, 2006).

Trata-se, em última instância, de uma versão do capitalismo que incorpora todo e qualquer elemento que sinalize uma diferença que possa ser utilizada para alimentar sua cadeia produtivista. Como assinala Pelbart (2003), o sistema passa a se alimentar dos aspectos mais humanos dos sujeitos: sua criatividade, seu potencial, sua interioridade, seus afetos, tudo o que pertencia à vida íntima, são capitalizados:

> até mesmo do que há de artístico no homem, daquilo que caracteriza mais o artista do que o operário, passa a ser requisitado na produção. Não há como

> escapar à impressão de que essa 'liberação' é uma liberação também do capital, de sua fronteira antes restrita, estanque, pesada, mecânica, podendo agora, no ciclo produtivo (nem falamos do consumo) mobilizar o homem por inteiro, sua vitalidade mais própria e visceral, sua 'alma' (Pelbart, 2003, p. 96).

Rolnik (2018) reforça a ideia ao apontar que uma das principais características do capitalismo pós-industrial é a instrumentalização da subjetividade, especialmente das forças de conhecimento e de criação. O aterrador cenário político atual que se apresenta com a tomada de poder pelo regime capitalista com as especificidades de sua nova dobra - financeirizada e neoliberal - opera em acordo com a produção de subjetividades para viabilizar tal regime. Dentre os efeitos do neoliberalismo nas cidades, a especulação imobiliária e a privatização dos espaços públicos criam territórios segregados que, por sua vez, exigem novas formas de morar circular pela cidade. Muros, portões, guaritas e câmeras de vigilância materializam o medo explorado e midiatizado, e na busca de segurança, formam-se células autossuficientes, condomínios blindados e cegos para a rua.

Marcada pela imprevisibilidade e diversidade, a rua vem tendo seu protagonismo apagado devido a esta configuração contemporânea das cidades (Baptista & Ribeiro**,** 2016). Dentre as consequências está o empobrecimento da experiência urbana das pessoas, apontam Jacques e Britto (2009), "cujo espaço de participação civil, de produção criativa e vivência afetiva não apenas está cada vez mais restrito quanto às suas oportunidades de ocorrência, mas, inclusive, qualitativamente comprometido quanto às suas possibilidades de complexificação" (Jacques & Britto, 2009, pp. 338-339).

Em nome de uma suposta revitalização urbana, os projetos urbanos contemporâneos tem se caracterizado cada vez mais pelo caráter genérico e homogeneizador. Jacques e Britto (2009) apontam que essas estratégias de planejamento fazem parte do processo denominado "espetacularização urbana", que foca em estratégias de marketing para construir uma imagem para as cidades (*branding*) de maneira que tenham um lugar na nova geopolítica das redes globalizadas de cidades culturais e turísticas. Como resultado, vivemos em cidades padronizadas, cenográficas.

Na mesma linha, Cortés (2008) afirma que o espaço público é cada vez menos um lugar de encontro para se tornar um lugar de consumo, sob constante e crescente vigilância, em nome da segurança do consumidor. Proteção contra a violência é o argumento

unânime que serve de justificativa para o isolamento e enclausuramento de grupos sociais em bairros especiais, desenhando na cidade um novo modelo de *apartheid* urbano.

2.2 Arquitetura fálica das cidades masculinas

Figura 4 Cena do filme Medianeras, de Gustavo Taretto.

Figura 5 Cena do filme Medianeras, de Gustavo Taretto.

Da sacada do apartamento dos meus pais em Caxias do Sul tenho a vista privilegiada do maior edifício já construído até hoje no estado. Conferindo a informação, descubro que o prédio de 125 metros de altura foi inaugurado em 1976 e se chama “Edifício Parque

do Sol”, e seus 36 andares de apartamentos superam em altura por apenas quatro andares o Edifício Santa Cruz, em Porto Alegre, ou seja, aproximadamente 12 metros. A construção ergue-se majestosa muito acima da média do skyline da cidade serrana e bem ao fundo, vemos as montanhas típicas da paisagem da região, que não ultrapassam a linha superior da construção.

Inevitavelmente tomada pelas reflexões acerca das forças subjetivantes que compõem a vida urbana, não posso deixar de achar engraçado pensar que assim como muitos homens, as cidades também rivalizam para ver quem tem *o maior*. O mais imponente, o mais alto, o mais *mais*. Penso nos ambiciosos projetos e na eterna competição para sediar o mais alto arranha-céu do mundo - que geralmente supera o seu predecessor por alguns metros apenas.

É claro que a altura não é única a *raison d’etre* veiculada pelo marketing no lançamento de tais empreendimentos: o enaltecimento de alguma tecnologia de ponta, soluções estruturais inéditas, o uso misto de lojas, escritórios, residências, galerias, jardins diversos, heliporto, fachada interativa via *app*, vista para o mais belo pôr-do-sol, restaurante exclusivo, e não raro, de alguma maneira inacreditável, até o argumento da sustentabilidade entra em cena.

Figura 6 Edifício Parque do Sol, em Caxias do Sul - RS.

No momento em que confiro as informações para escrever, descubro que o Burj Khalifa, em Dubai, com seus 828 metros de altura e 163 andares acaba de ser

desbancado do posto de mais alto arranha-céu do mundo pelo Kingdom Tower, em Jeddah, na Arábia Saudita. O novo campeão possui 1.001 metros de altura e espera-se que esteja finalizado em 2020. Ambos são assinados pelo mesmo estúdio de arquitetura, Adrian Smith + Gordon Gill, que dentre tantos arranha-céus, também projetou a Trump Tower, em Chicago.

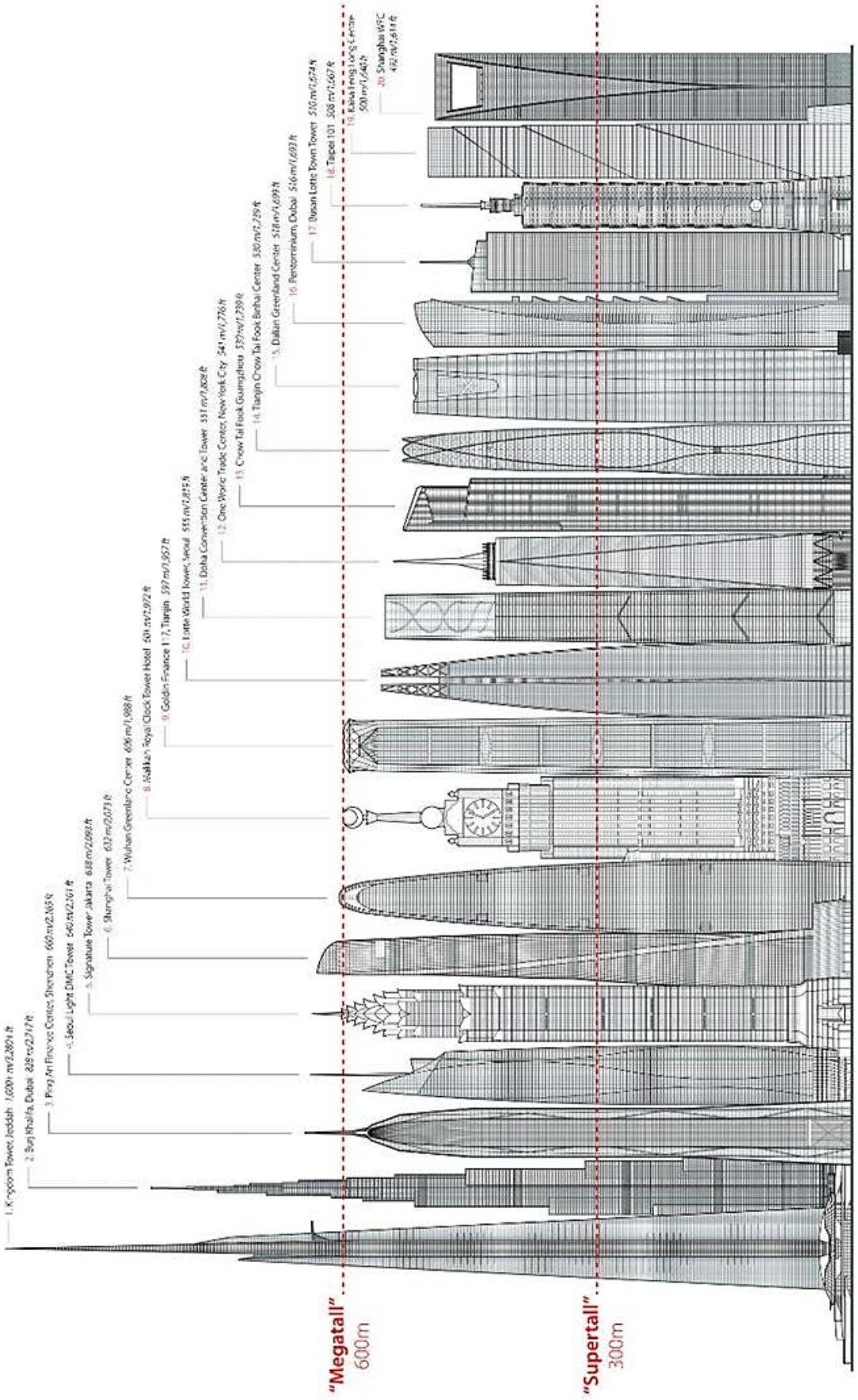

Figura 7 Relação dos arranha-céus mais altos do mundo. Fonte: Arch20 / Adrian Smith + Gordon Gill *Architecture*.

Desvendar a linguagem metafórica das cidades ou ao menos desmascarar as intenções dominantes vigentes na lógica hegemônica do planejamento urbano atual é um caminho em direção à construção de modos mais democráticos, inclusivos e libertadores de habitá-las. Em Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social, Cortés (2008) aprofunda a compreensão foucaultiana da relação entre espaço e poder e recorre a uma série de elementos arquitetônicos existentes no mundo para explorar sua dimensão simbólica aludindo à dominância masculina. O autor defende que a cidade tem um gênero e este, é claro, é masculino.

O arranha-céu, imagem emblemática da cidade do século XX, representa o poder corporativo e o avanço tecnológico. Cortés (2008) entende a tipologia como um símbolo da onipresença de uma masculinidade controladora, que materializa o ideal de superioridade do homem naturalizado como único em nossa sociedade patriarcal. A verticalização extrema expressa metaforicamente a atmosfera competitiva própria do capitalismo atual ao exaltar valores como orgulho e poder.

No dia 11 de setembro de 2001, o mundo todo tremeu abalado com o desmoronamento dos mais de 417 metros de concreto e ferro das Torres Gêmeas em Manhattan. Os edifícios, que então ocupavam a posição de 5º e 6º lugar no ranking dos mais altos do mundo, em poucos minutos reduziram-se a escombros e pó, em uma nuvem de fumaça que extinguiu tudo - e todos - que estavam dentro das torres. À tragédia, seguiu-se o luto de uma nação inteira, e não qualquer nação: os Estados Unidos da América, potência mundial que dita os rumos do planeta através de sua feroz dominação imperialista.

Publicado poucos dias depois da catástrofe, o ensaio dos autores James Kunstler and Nikos Salingaros defendia com convicção a ideia de que era chegado o fim da era do delírio dos *skyscrapers*:

> estamos convencidos de que a era dos arranha-céus chegou ao fim. Eles devem ser considerados agora uma tipologia experimental de construção que fracassou. Nós prevemos que não serão construídas novas megatorres, e que as existentes estão fadadas a serem desmanteladas (...) isto vai levar à transformação radical dos centros das cidades - o que será, no entanto, um passo imensamente positivo para a melhoria na qualidade da vida urbana (Kunstler & Salingaros, 2001).

Corroborando as ideias defendidas por Jane Jacobs e Jan Gehl, Kunstler e Salingaros apontam que muitas das patologias contemporâneas podem ser rastreadas às ideias do

planejamento modernista. Os autores são enfáticos ao designar a tipologia da torre como o agente mais criminoso no projeto de destruição urbana. Estes edifícios deformam a qualidade, a função e a saúde a longo prazo do urbanismo por sobrecarregar a infraestrutura e a esfera pública da área em que está inserido, além de impedir o desenvolvimento orgânico de novos tecidos urbanos orgânicos, mistos. Paradoxalmente, a tipologia ainda figura como um ícone de modernidade e progresso.

A verticalização não é uma consequência inevitável da urbanização, e sim uma opção de política urbana. No modelo atual de produção capitalista do espaço, o solo criado é um meio de produção e uma mercadora, vinculando-se à reprodução do capital. Ou seja: a verticalização possibilita um ganho em potencial construtivo do terreno, valorizando-o e beneficiando o proprietário, além de possibilitar a comercialização do solo em unidades fracionadas, o que multiplica os lucros do setor imobiliário. Se, para Lefebvre (2016), o espaço social se (re)produz conectado às forças produtivas e relações sociais de produção nele realizadas, reconhecendo-se como produto social, meio de produção e força produtiva, na lógica do capital, o espaço assume a condição de mercadoria.

Cortés (2008) aponta o evento da destruição das Torres Gêmeas como um sinal da vulnerabilidade deste modelo urbanístico; porém, logo ignorado e suplantado pela teimosia em favor da corrida global que conduz a novos edifícios fálicos. Passadas quase duas décadas do fatídico 11 de setembro, sete dos dez maiores prédios do mundo foram construídos depois do acidente nas Torres Gêmeas.

De acordo com Bernard Rudofsky em Streets for People (1969), citado no ensaio de Kunstler e Stalingaros, diferentemente dos médicos, “a profissão de arquiteto não se preocupa com o bem estar geral. Não se incomodam em estrangular as cidades nem com a miséria subjetiva dos habitantes que isso implica”. Os autores decretam a sentença final: arquitetos, engenheiros e construtores são culpados pela destruição de nossas cidades, e por colocar pessoas em risco, armadilhas das quais talvez não possam ser evacuadas a tempo, sem entrar nas minúcias dos efeitos nocivos de uma cidade mal planejada.

Tal veredito ressoa no discurso inicial do filme argentino *Medianeras* (Taretto, 2011), no qual a voz do protagonista-homem discorre sobre as deformidades arquitetônicas de Buenos Aires e as relaciona com a desordenada vida de seus habitantes. Assistimos à compilação de imagens retratando um urbanismo improvisado, por assim dizer, existente na capital argentina, na qual são desveladas camadas de história materializadas

em construções paradoxalmente singulares, hediondas, adoráveis, estabanadas, curiosas, remendadas. Eis o trecho que introduz a narrativa da película:

> Buenos Aires cresce descontrolada e imperfeita. É uma cidade superpovoada em um país deserto. Uma cidade onde se erguem milhares e milhares de prédios sem nenhum critério. Ao lado de um muito alto, há um muito baixo; ao lado de um racionalista, há um irracional; ao lado de um em estilo francês, há um sem nenhum estilo. Provavelmente essas irregularidades nos refletem perfeitamente: irregularidades estéticas e éticas. Estes edifícios que se sucedem sem nenhuma lógica demonstram uma falta total de planejamento. Exatamente igual é a nossa vida: vamos fazendo sem ter a mínima ideia de como queremos que fique. Vivemos como quem está de passagem por Buenos Aires. Somos os criadores da cultura do inquilino. Os prédios, como tantas coisas feitas pelo homem, são feitas para nos diferenciarmos uns dos outros. [...] Vista e claridade são promessas que raramente coincidem com a realidade. O que se pode esperar de uma cidade que dá as costas ao seu rio? Estou convencido de que as separações e os divórcios, a violência familiar, o excesso de canais a cabo, a incomunicabilidade, a falta de desejo, a apatia, a depressão, os suicídios, as neuroses, os ataques de pânico, a obesidade, a tensão muscular, a insegurança, a hipocondria, o estresse, o sedentarismo, são culpa dos arquitetos e incorporadores (Taretto, 2011).

A narrativa da obra revela a relação entre a cidade concreta e as práticas cotidianas dos personagens que, tomados por suas dores particulares, percebem-se condenados ao isolamento e ao medo do contato e do público. São também atormentados pela incessante publicidade, que se inscreve compulsivamente em todos os espaços vazios das construções, como erva daninha, indicando as distâncias até a franquia mais próxima ou promovendo artigos de consumo. Temos neste retrato elementos comuns a tantas metrópoles contemporâneas. O que pode é retratado como caótico e esteticamente desagradável, pode tornar-se um retrato fascinante da passagem do tempo inscrita na cidade, desde uma perspectiva pautada na sutileza e no reconhecimento do erro como parte inevitável da existência. Como definiu Calvino (1990, p. 14-15),

> a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Em um momento posterior do filme, a protagonista-mulher inaugura uma possibilidade de ruptura ao descrever as *medianeras* como suporte para as aberturas feitas

clandestinamente pelos moradores das “caixas de sapato”: pontos de fuga, desvios, resistência em forma de janelas improvisadas na busca de luz e ventilação.

> As *medianeras* são convertidas em mais um meio publicitário que em raras exceções conseguem embelezá-las. Geralmente, são propagandas duvidosas dos minutos que nos separam dos grandes supermercados ou dos *fast food.* Anúncios de loteria que nos prometem muito em troca de quase nada. Ultimamente lembram a terrível crise econômica que nos deixou assim, sem emprego. Contra toda a opressão que significa viver em caixas de sapato existe uma saída, uma via de escape ilegal, como toda via de escape. Uma clara contravenção aos códigos de planejamento urbano; se abrem minúsculas, irregulares e irresponsáveis janelas que permitem que alguns milagrosos raios de luz iluminem a escuridão em que vivemos (Taretto, 2011).

Figura 8 Cenas do filme *Medianeras*, de Gustavo Taretto.

Figura 9 Cenas do filme *Medianeras*, de Gustavo Taretto.

Os personagens do filme nos convidam a explorar os desacordos entre os corpos e a vida urbana. Tomando emprestado seus olhares, voltamos a atenção às forças que compõem a cidade e aos vetores que se agenciam: algumas se fortalecem e se cristalizam, enquanto outras escapam e encontram rotas alternativas, repletas de singularidades. É assim que, diante das dificuldades, os personagens rebelam-se e inventam possibilidades de driblar a opressão que experimentam. Junto com as janelas

ilegais que abrem em seus apartamentos, surgem novos encontros e possibilidades (Flach, 2016).

A cidade, apesar de substantivo feminino, enaltece concreta e simbolicamente características ditas masculinas. Em entrevista a Cota (2018), Zaida Muxí destaca que o ponto de vista que concebe a cidade se pretendia neutro, mas na verdade encarna o olhar de um homem: “um homem com melhores condições sociais – porque também nem todos os homens têm acesso aos mesmos recursos – no geral, representante de um estrato de classe minoritário, de uma raça minoritária, com estudos e que, em sua vida pessoal, pode mover-se em carro particular”. E é a partir desta mirada ambicionando uma suposta universalidade que a cidade se organiza, excluindo ou marginalizando todas as outras experiências de apropriação existentes.

O apagamento da presença feminina nas estruturas políticas e na tomada de decisões também priva a incorporação da perspectiva no planejamento. Se os profissionais encarregados da materialização da cidade são responsáveis pelo bem-estar geral e, como vimos, preocupam-se muito pouco com isto, a perspectiva de gênero se afirma e demanda ações visando a inclusão da experiência feminina na apropriação do espaço urbano.

3. CIDADE PARA MULHERES: MODOS DE USAR

3.1. O medo como dispositivo de controle

Figura 10 *Piedra*, de Regina Jose Galindo. Fonte: portfólio virtual da artista.

> Pedra/ eu sou uma pedra / eu não sinto os golpes / a humilhação / o olhar lascivo / os corpos sobre os meus / o ódio / eu sou uma pedra / em mim / a história do mundo (Galindo, 2013).

"Rua" foi a palavra mais citada pelas 2.285 mulheres entrevistadas, quando questionadas sobre como a violência de gênero aparece em seu dia a dia (#meninapodetudo,0000). O espaço público é visto como um local de insegurança e desrespeito, de acordo com as mulheres que responderam à pesquisa. 94% delas disse já ter sido assediada verbalmente e 77%, fisicamente. Dos episódios de assédio sexual físico, 72% se deu com desconhecidos. "Sair de casa é sempre uma aventura", afirma uma jovem carioca de 24 anos, que relata se lembrar de ter ouvido a primeira cantada

aos 9 anos. Depois disso, os episódios sempre foram frequentes. "O medo cresce com a gente.” (#meninapodetudo, 2015, p. 4).

Petrificar-se: às vezes é a defesa que o corpo das mulheres encontra para proteger-se da violência. Utilizando seu corpo como território de denúncia na performance *Piedra*, a artista guatemalense Regina Jose Galindo alude ao corpo feminino que, como uma pedra, está condicionado a ser tratado com indiferença e suportar violências. Galindo engaja a audiência em uma relação voyeurística que, ao testemunhar a artista em circunstâncias dolorosas, é livre para escolher entre ficar e presenciar o ato ou sair. Ficar supõe suportar, de certa forma, aquela dor junto com a artista. Com isto, Galindo volta sua crítica também para mulheres que impõem ou são condescendentes com a violência nos corpos de outras mulheres. O corpo individual surge em confrontação e resistência como metáfora do corpo global: os corpos são frágeis apenas na aparência.

Em seu livro “A história do caminhar” (2016), Rebecca Solnit conta a história de Caroline Wyburg, uma moça inglesa que em 1870 tinha dezenove anos e, por ter sido vista caminhando com um soldado, foi detida sob suspeita de prostituição. A Lei de Doenças Contagiosas, aprovada para proteger a saúde dos soldados, cuja taxa de doenças venéreas era muito mais elevada que a população em geral, dava à polícia em cidades com bases militares o poder de prender qualquer mulher que se presumisse ser prostituta. Estar no “local e na hora errada” era suficiente para tanto, e caso se recusasse a passar por doloroso e humilhante exame médico, a mulher poderia ser presa - culpada até que se prove o contrário. Caroline resistiu alguns dias, amarrada a uma cama, mas acabou submetendo-se ao exame, e presa com uma camisa de força, foi deflorada pelos instrumentos médicos. E foi assim que se constatou que Caroline dizia a verdade sobre não ser prostituta. Quanto ao soldado, nunca teve seu nome mencionado.

Por volta de 1870, em alguns países da Europa e em especial na França, as mulheres foram divididas em “diurnas” ou “noturnas” e qualquer uma poderia ser presa pela *Policie des Moeurs* (Polícia dos Costumes) se frequentasse locais associados à prática da prostituição, ao passo que prostitutas poderiam ser presas se fossem vistas em locais não associados à prática. A prostituição era o grande temor da época: campanhas religiosas esforçavam-se em erradicar este “mal social” que remetia à desordem e ao transtorno das hierarquias “naturais” e instituições da sociedade (Solnit, 2016).

À época em que surgiam as metrópoles, a rua figurava no imaginário popular como um lugar ameaçador, repleto de imprevistos e armadilhas, como aponta Monnet (2013). A

cultura heteronormativa vigente atribuía às mulheres uma vulnerabilidade física e mental, portanto corriam maiores riscos do que os homens nas perigosas ruas. Os manuais de etiqueta transmitiam às leitoras a mensagem de que não se expusessem nos locais públicos, que resguardassem sua reputação. A autora recorre a Delgado (2007) quando diz que a mulher representava uma anormalidade a ser corrigida: sozinha, diante do mundo, à espera de ser acompanhada, sua presença era impregnada um vazio que só se preencheria através do homem, seu complemento natural.

Desta ideologia deriva a conotação pejorativa de "mulher pública" que, como sabemos, em nada equivale ao seu homólogo masculino. Enquanto a figura da mulher pública carrega a ideia de estar acessível a todos, o homem público é aquele que se expõe às relações sociais em um mundo de desconhecidos. Supostamente articulado e capaz de assumir riscos, a reputação deste homem está ligada ao olhar e valorização dos outros. "O aparente paradoxo de que um mesmo atributo (a rua), elevou o homem à categoria de cidadão e rebaixou a mulher à categoria de prostituta, só pode estar relacionado com a maneira de se conceber a cidade moderna" (Delgado, 2007, como citado por Monnet, 2013, p. 223).

Se a prostituta era uma "mulher pública", todas as mulheres que tomavam parte no novo e desordenado espaço público das metrópoles do século XIX tangenciavam a noção de "mulher pública" (Wilson, 2000). A ânsia em instaurar uma ordem era tanta que a maioria da população carcerária feminina francesa estava atrás dos muros da prisão de Saint Lazare, vivendo em circunstâncias desumanas, simplesmente por andar em ruas proibidas em horários proibidos (Solnit, 2016).

Lembremos que desde suas origens, a noção de cidadania considerava a mulher fora da normalidade, cujo corpo era visto sempre como estrangeiro. Sennett (2014) nos conduz pelo cotidiano da Grécia Antiga, sociedade na qual se acreditava que as mulheres possuíam imperfeições psicológicas, de modo que as casadas eram confinadas em casa. A típica residência grega possuía paredes altas, poucas janelas e cômodos dispostos em torno de um pátio interno, de modo que possibilitava, convenientemente, as mulheres circularem sem serem vistas da rua. Esposa e filhas eram restritas ao *gunaikeion*, aposento privativo, afastado da entrada, enquanto no *andron*, aposento onde ocorriam as festas, escravas e prostitutas circulavam, sinalizando as diferentes categorizações das mulheres, correspondendo a funções específicas dentro da estrutura social da cidade (Franklin, 2012).

Diferente dos homens gregos, cujos corpos nus e expostos ressaltavam sua autoconfiança e seu domínio do espaço público, as mulheres com seus corpos frios eram relegadas à penumbra do espaço doméstico. Os gregos acreditavam que o nível de calor corporal inferior tornava as mulheres uma versão mais fria do homem, e isto justificava direitos desiguais e sua reclusão ao interior sombrio. No berço da democracia acreditava-se que apenas os homens tinham a natureza voltada ao debate e argumentação - sendo mais exclusivo ainda o círculo dos chamados cidadãos. A Oração Fúnebre (Péricles, 431-430 a.C.) expressa bem os valores enaltecidos na época e versa sobre as obrigações das mulheres: "(...) a maior glória de uma mulher está em evitar comentários por parte dos homens, seja de crítica ou de elogio" (Sennett, 2014).

No clássico estudo em que narra a história dos povos a partir da arquitetura das cidades, Sennett (2014) descreve os ritos e cultos através dos quais os corpos frios eram celebrados e permitiam que as mulheres da cidade se libertassem do estigma corporal. A *Tesmoforia* dignificava o corpo feminino e a *Adonia* restaurava nas mulheres o poder da fala e do desejo, que lhes era negado na Oração Fúnebre. Os rituais instrumentavam-se na poesia e na metáfora, mais na forma espacial do que na verbal. Como as mulheres não podiam negar aos homens o que lhes era incumbido, viviam especialmente a *Adonia* como uma fuga momentânea do papel que seus corpos eram designados em um festival de resistência.

A articulação entre controle corporal e arquitetura não é sem motivo. Segundo o historiador de arquitetura Mark Wiggins,

> (...) o papel da arquitetura é controlar explicitamente a sexualidade ou, mais precisamente, a sexualidade feminina, a castidade da moça, a fidelidade da esposa (...). A casa protege os filhos das intempéries, mas seu papel primordial é proteger as pretensões genealógicas do pai ao isolar mulheres de outros homens (Wiggins, citado por Solnit, 2016, p. 392).

Enquanto o *flâneur*, figura paradigmática da modernidade, tinha a possibilidade de vagar pelas ruas de Paris experienciando a recém-renovada capital e mantendo distância do que observava, a mulher tem sua participação na vida pública invisibilizada quando ocorria, ou mesmo inviabilizada, na maior parte das vezes (D'Souza & McDonough, 2006). Para legitimarem sua presença na cidade, precisavam sair de casa com um propósito, que geralmente era ir às compras (Solnit, 2016). É neste tom que Virginia

Woolf, em 1928, narra sua busca por um lápis no inverno londrino, e instrui o leitor sobre as condições ideais para flanar na cidade:

> É possível que nunca ninguém tenha querido um lápis tão apaixonadamente. Mas há circunstâncias em que pode se tornar muitíssimo desejável possuir um desses objetos; ocasiões em que estamos determinados a comprar alguma coisa: um pretexto para caminhar pela metade de Londres entre o chá e o jantar. (...) quando nos vem o desejo de flanar pelas ruas, o lápis serve de pretexto, e levantando da cadeira dizemos: "Tenho mesmo que comprar um lápis", como se sob o manto dessa desculpa pudéssemos nos entregar sem risco ao maior dos prazeres da vida urbana no inverno: flanar pelas ruas de Londres. (...) Sem submeter à exigência a um rigoroso exame, a mente se rende ao tirano de costume. Devemos – sempre devemos – fazer uma coisa ou outra; não nos é permitido simplesmente nos abandonar ao prazer. Não foi por isso que, algum tempo atrás, fabricamos uma desculpa e inventamos a necessidade de comprar algo? Mas o que era mesmo? Ah, lembramos, era um lápis. (…) Que a compra do lápis fique para depois: busquemos esse alguém… e logo fica evidente que não se trata de ninguém mais do que nós mesmos (Woolf, 2015, pp. 24-31).

Wilson (2000) acredita que no discurso feminista pós-moderno o *flâneur* representa a personificação do "olhar masculino", um homem do prazer que toma posse visual da cidade. Ele representa o domínio visual e voyeurístico dos homens sobre as mulheres. De acordo com essa visão, a figura do *flâneur* que vaga à vontade pela cidade é exclusivamente uma liberdade masculina, de forma que o conceito de flâneur se pauta essencialmente no gênero.

Se no século XIX as mulheres eram, em grande medida, impedidas de circular pelo espaço público - seja pela justificativa de resguardá-las da grosseria do público, seja pela defesa da moral e da ordem ao controlar o acesso, locais e horários de prostitutas - no século XXI, apesar das conquistas sociais e direitos adquiridos, as mulheres seguem sem os mesmos privilégios que os homens de circular pela cidade que os homens edificaram para si. A ameaça de violência sexual e os constantes conselhos de evitar roupas inadequadas, locais e horários especialmente arriscados, são o equivalente contemporâneo aos altos muros das residências gregas. Ao restringi-las ao espaço da casa, dependentes de barreiras materiais e estratégias de deslocamento para proteger sua sexualidade, a arquitetura machista das cidades está sempre a lembrar que cabe às mulheres a responsabilidade de manterem-se íntegras, mesmo que para isso precisem tolher seus mais banais hábitos e vontades próprias.

O assédio verbal ou contato físico não consentido, situações conhecidas pelas mulheres, é uma forma de intimidação e atua como uma constante lembrança do senso comum

sobre o “lugar de mulher não ser na rua”. Segundo Houston, “é um lembrete de que não devemos nos considerar iguais, partícipes da vida pública com direito próprio de ir aonde quisermos e quando quisermos, de nos dedicarmos a nossos projetos com uma sensação de segurança” (Houston, 1997, como citado em Solnit, 2016, p. 398).

Neste sentido, Solnit (2016) comenta que muitas vezes o andar feminino é interpretado como performance, subentendendo-se que mulheres andam para serem vistas, desejam atenção de uma plateia masculina. De forma que

> a presença das mulheres em público torna-se, com frequência assustadora, uma invasão de suas partes íntimas, às vezes literalmente, outras verbalmente. Até mesmo o vernáculo encontra-se bem fornido de palavras e expressões que sexualizam o caminhar das mulheres. Entre os termos para prostituta, temos ambulatriz, mulher da rua, mulher do mundo e mulher pública (e, naturalmente, expressões equivalentes que se aplicam aos homens como homem público, homem do mundo ou homem das ruas, significam coisas muito diferentes) (Solnit, 2016, pp. 388-389).

É o que mostram os dados levantados pela pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres” realizada no Brasil pelo IPEA, em 2014. Nela, os entrevistados foram instruídos a posicionarem-se em relação a afirmações que pinçavam o ordenamento patriarcal e heteronormativo da sociedade, dizendo se concordavam ou discordavam, parcial ou totalmente. Dentre os pontos abordados na pesquisa, destacamos aqui duas afirmações que evidenciam a força com que a cultura do estupro atravessa a sociedade brasileira.

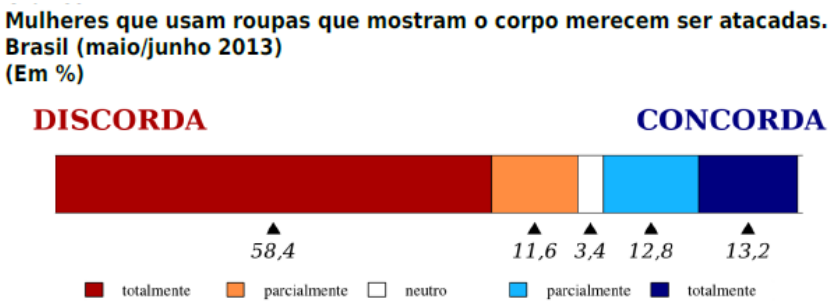

Figura 11 Gráfico 24 do Relatório IPEA/SIPS - Tolerância social à violência contra as mulheres.

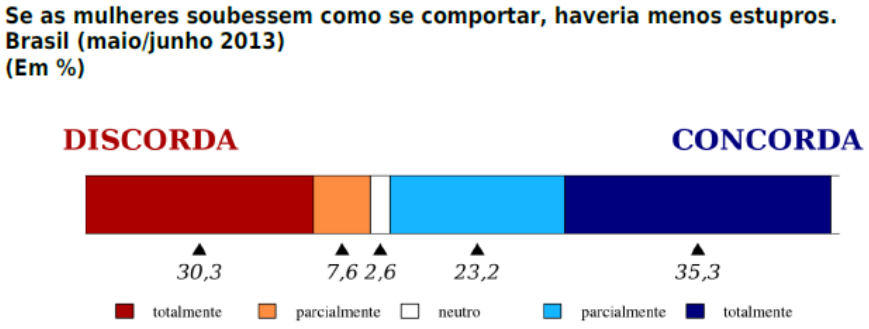

Figura 12 - Gráfico 25 do Relatório IPEA/SIPS - Tolerância social à violência contra as mulheres.

Como evidenciado no relatório final da pesquisa, por trás da frase “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros” está a noção de que os homens não conseguem controlar seu comportamento sexual, de forma que as mulheres os provocam e deveriam saber se comportar. A violência parece surgir aqui, também, como uma correção: a mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar. O mecanismo de controle do comportamento e do corpo das mulheres atua da maneira mais violenta possível ao entender-se que o acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras.

Sabemos que a cultura brasileira, em consonância com o resto do mundo, encontra-se imersa na tradição patriarcal. Como explanado pela autora Heleieth Saffioti (2004), este sistema pode ser definido como o conjunto de representações articuladas em um modelo heteronormativo de relações de gênero, baseado na dominação-exploração das mulheres pelos homens. Um dos elementos centrais do patriarcado reside no controle da sexualidade feminina, com o objetivo de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido. O regime patriarcal, no entanto, invade todos os espaços da sociedade, atravessando-a nas esferas familiar, trabalhista, política e midiática. Do mesmo modo, o direito patriarcal não perpassa apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. A diferença sexual converte-se em diferença política e se exprime em liberdade ou em sujeição. Lembremos, contudo, que assim como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em constante transformação.

Atrelado a esta cultura patriarcal, surge o termo “cultura do estupro” cunhado por feministas norte-americanas da década de 1970, ao alertarem sobre a um ambiente cultural cujas leis, normas, valores e práticas naturalizam a violência sexual contra a mulher, com base nas desigualdades de gênero, a partir da articulação de representações

sociais misóginas (Lima, 2017). Este discurso caracteriza-se principalmente pela permissividade para com a violência sexual e transferência da culpa pela violência para a vítima, ao atribuir justificativas para o ato hediondo a fatores como o comportamento da mulher, suas roupas, sua reputação, sua convivência em ambientes considerados inadequados para uma mulher, enfim: qualquer indício que a situe como desviante do estereótipo feminino. Tal dinâmica normaliza o abuso e tipifica o comportamento masculino e feminino, relacionando ao homem um impulso sexual incontrolável de caráter biológico, enquanto cabe à mulher negar qualquer impulso sexual e vigiar continuamente seu comportamento, evitando despertar o desejo masculino.

Na perspectiva feminista, comportamentos sexualmente violentos não são ocorrências isoladas ou de efeitos de agentes psicológicos internos, e só podem ser explicados contextualmente, como apontado por Freitas e Morais (2019). A ameaça de violência é percebida pelas mulheres como uma progressão que vai desde comentários sexuais até o contato sexual e o estupro, dado que é normalizada a tolerância para com o terrorismo físico e emocional contra a mulher, de modo que homens e mulheres entendem a violência sexual é um fato inevitável da vida.

Apesar de nomeada muito recentemente, a cultura do estupro é um fenômeno histórico de longa duração, presente desde a mitologia antiga e integrante da simbologia da tradição judaico-cristã. E os símbolos, segundo Scott (1989), são componentes importantes das construções de gênero, ao lado dos conceitos normativos, das relações sociais e das identidades subjetivas. Tomemos dois exemplos conhecidos na cultura Ocidental a fim de explorar brevemente o quanto esta dinâmica está arraigada no imaginário coletivo.

A primeira representação da mulher na tradição judaico-cristã se dá a partir das figuras de Eva e Maria, como destacado por Lima (2017). Duas personagens diametralmente opostas: enquanto Eva simboliza a mulher pecadora, responsável pela corrupção do homem, Maria une os paradoxais atributos de mãe e virgem, onde não há espaço para o desejo sexual, o que potencializa o seu caráter de pureza e cuidado incondicional. Esta dicotomia transpassa o imaginário da cultura Ocidental, na qual a valorização da mulher ainda se dá fortemente pela maternidade, reforçando a ideia de que a sexualidade feminina existe somente para fins de procriação. A figura virtuosa da mãe cuidadora e da virgem casta sugere que mulheres dignas mantêm uma conduta discreta e sua vida sexual é restrita ao matrimônio. Por outro lado, as mulheres que não se encaixam no

cânone representado pelos valores de Maria são identificadas com Eva, desqualificadas e consideradas alvos naturais de investidas sexuais, praticadas inclusive como punição.

O segundo exemplo é o mito de Medusa, integrante da mitologia grega – em cujas narrativas o estupro aparece como uma conduta comum nas disputas entre deuses e heróis. Medusa, uma jovem belíssima de longos cabelos cacheados e inúmeros pretendentes, era uma devotada sacerdotisa do templo da deusa Atena. Dentre suas obrigações no sacerdócio, devia manter-se casta até ser liberada para o casamento, de maneira que não se deixou seduzir por nenhum pretendente, fosse ele deus, herói ou humano. Ter, entretanto, como mais ardoroso de seus pretendentes o poderoso Posseidon, deus dos mares, tornou seu destino funesto. Os deuses assemelhavam-se aos humanos tanto em suas virtudes quanto defeitos, sendo inclusive mais irrestritos com relação à satisfação de seus desejos por estarem acima do bem e do mal, de modo que para Posseidon era impensável ser rejeitado pela sacerdotisa. Enfurecido com a recusa da bela sacerdotisa, invadiu o templo e a estuprou.

Ao encontrar seu templo violado - uma das maiores afrontas que qualquer deus grego poderia sofrer - Atena puniu a dedicada sacerdotisa pela profanação do local, retirando-lhe toda beleza: sua pele tornou-se recoberta por grandes escamas e seus cabelos foram transformados em um ninho de serpentes venenosas. Além da aparência monstruosa, Medusa também foi amaldiçoada ao isolamento, de maneira que qualquer ser vivo que a mirasse diretamente nos seus olhos seria petrificado imediatamente. Se em um primeiro momento, a personagem Medusa sintetiza a figura feminina submissa, bela e recatada, ao ser punida por um crime que não cometeu - cuja vítima era ela própria – a consequência foi lhe serem impostos os piores atributos masculinos: agressividade, monstruosidade, ódio. Transformada em górgona, Medusa foi condenada à solidão eterna.

O mito de Medusa ilustra com incômoda exatidão e atualidade a cultura que culpabiliza a vítima pela agressão sexual (Konrad, 2017). Ainda que, racionalmente, não haja razões aparentes para as mulheres se culpabilizarem, emocionalmente é inevitável que o façam: são treinadas para sentir culpa, como também aponta Saffioti (2004), pois, especialmente para as mulheres, a civilização ocidental é a civilização da culpa. A fim de nos aproximarmos mais ao nosso tempo e realidade, lembremo-nos de um caso recente ocorrido no Brasil.

Rio de Janeiro, 2016. Uma adolescente de 16 anos acorda nua, desorientada e sangrando em uma casa desconhecida, onde não se lembra de ter entrado. À sua volta, 33 homens armados com pistolas e fuzis. A menina consegue sair do local e é amparada, em choque, por um assistente social até sua casa. Dias depois do ocorrido, ela toma conhecimento que circulam nas mídias sociais vídeos e imagens desta noite, feitos por celular, nos quais estão registados as agressões e os repetidos estupros que sofreu enquanto estava desacordada.

"*Me conta aí*", disse o delegado à jovem, em seguida de mostrar a ela o vídeo em que era abusada. A menina deveria então dar detalhes do crime ao desconfiado delegado, a fim de comprovar que sua denúncia era verdadeira. Outros três homens estavam junto no momento, em uma sala envidraçada da qual se enxergava a movimentação dos passantes do local, incluindo um dos suspeitos do crime. A certa altura da conversa, o agente pergunta se ela tinha o costume de fazer *aquilo*, se *gostava de fazer sexo com vários homens*.

Na internet, a jovem recebeu uma enxurrada mensagens a acusando de estar mentindo e ofensas raivosas a culpando pela brutal agressão. A mídia, tomada pelo escândalo da trama macabra, divulgou que a garota moradora da periferia, também era mãe solteira e tinha histórico de dependência química. Estas informações foram usadas como argumento para justificar sua culpabilidade no ocorrido, visto que era uma desviante do ideal de virtude e pureza feminina. Além de ser dopada, agredida, estuprada, brutalizada, humilhada publicamente pelos agressores e depois pelos agentes da justiça, a violência se multiplicou na arena virtual através do *slut shaming*, ou seja, a prática de insultar e culpar a vítima. Segundo a definição de Ortolan (2016), o termo designa ofensas de caráter punitivo dirigidas às mulheres

> por seus comportamentos sexuais ou qualquer prática que seja considerada provocante e esteja em desacordo com o comportamento socialmente esperado para o seu gênero, fazendo com que elas desenvolvam amplos repertórios de fuga e esquiva destas situações e apresentem respondentes característicos de situações de punição, como sentimentos de culpa e inferioridade, o que traz prejuízo para o seu cotidiano (Ortolan, 2016, p. 118).

O episódio citado é um retrato angustiante, mas emblemático, da hipermasculinidade que está presente em diferentes graus na cultura patriarcal. Não é sem motivo, no entanto, que no caso citado a vítima seja pobre: é fundamental atentar que a divisão

entre mulheres “puras” e “públicas” não se dá somente a partir de seu comportamento. Atravessamentos de classe e etnia são uma constante na sociedade brasileira, profundamente marcada historicamente pela colonização e escravização. A violência incide sobre as mulheres negras e pobres com uma força maior[6].

A agência de jornalismo Énois Inteligência Jovem, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Patrícia Galvão realizou publicou o relatório “#Meninapodetudo: como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E?” com estatísticas e depoimentos não surpreendentes e desoladores. Na pesquisa, foram entrevistadas jovens de 14 a 24 anos, moradoras de 370 cidades brasileiras. Abaixo, alguns trechos representativos do documento:

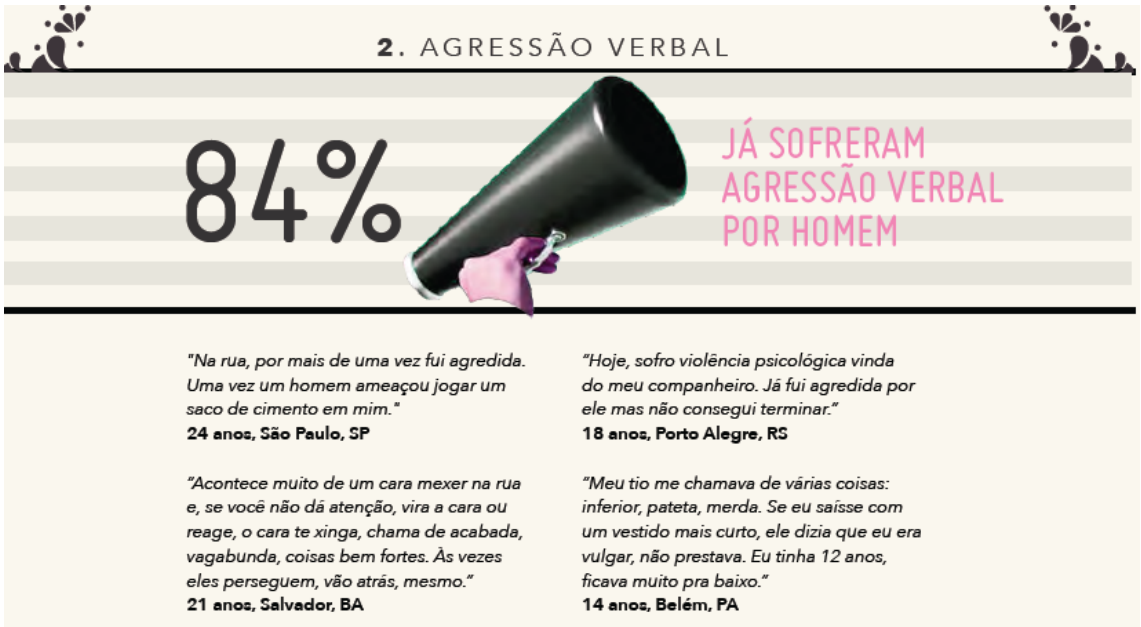

Figura 13 Imagem do relatório #meninapodetudo.

[6] Discutiremos as múltiplas opressões que atravessam as mulheres de maneira mais aprofundada no capítulo seguinte, a partir dos relatos no campo Ocupação Mulheres Mirabal.

Figura 14 Imagem do relatório #meninapodetudo.

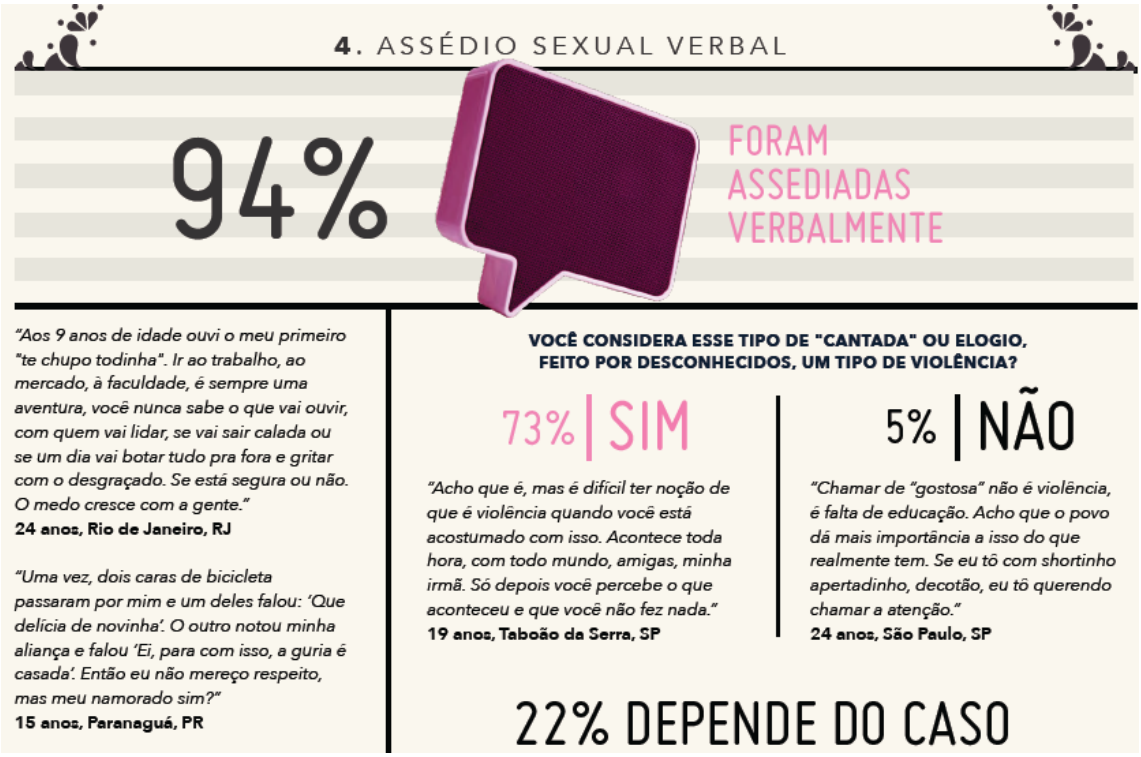

Figura 15 Imagem do relatório #meninapodetudo.

Figura 16 Imagem do relatório #meninapodetudo.

De maneira semelhante, a ONG Olga criou em 2013 a campanha “Chega de Fiu Fiu”, que através de um formulário online coletou dados semelhantes. Trocar de roupa é uma estratégia citada com frequência e não responder ou reagir às investidas por medo do que pode acontecer também. A partir dos desdobramentos da pesquisa, a campanha lançou uma plataforma online interativa: em formato de mapa, as cidades podem ser pesquisadas e as mulheres que sofreram ou testemunharam qualquer tipo de assédio ou violência podem inserir seus relatos anonimamente, além de ler os relatos compartilhados. O mapeamento das ocorrências ajuda a tornar palpável esta ameaça invisível, serve como alerta para locais potencialmente perigosos e incentiva o compartilhamento de histórias entre mulheres que, como vimos, acabam por carregar a culpa da violência sofrida. Acreditamos que este movimento é importante e fortalece a criação de iniciativas coletivas que objetivem tornar a rotina das mulheres no espaço público mais segura.

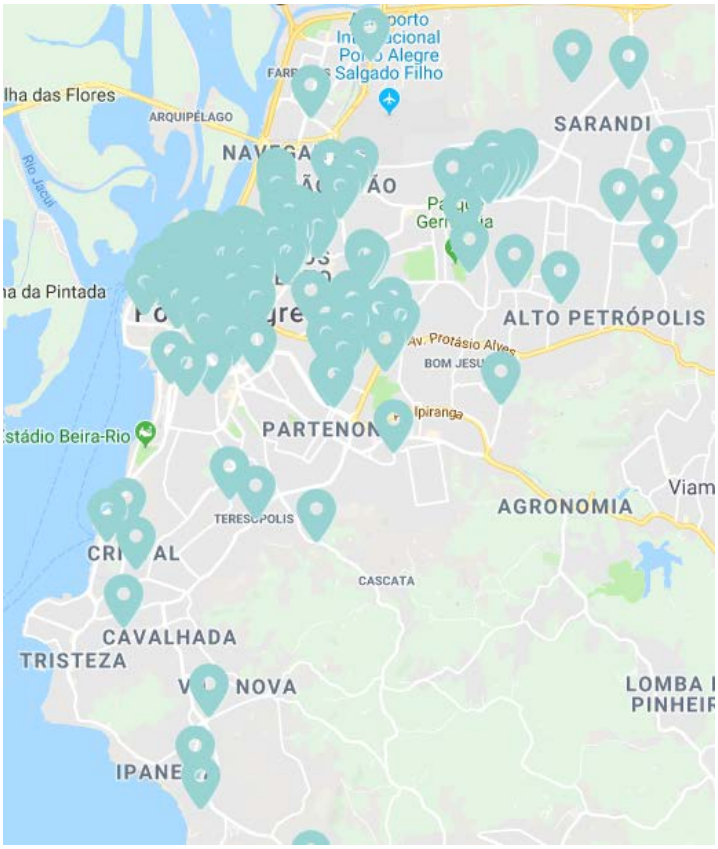

Figura 17 Mapa interativo. Os pontos de localização azuis são relatos compartilhados anonimamente por internautas. Fonte: Chega de Fiu Fiu.

A “cultura do estupro” não se encontra apenas nas atitudes violentas, mas também no discurso, no cotidiano e no medo constatado pelas mulheres ao longo de suas vidas (Mello & Paiva, 2017). Ao debater e buscar a conscientização de tal dinâmica pode-se pensar em formas de agir e resistir aos seus efeitos nocivos. Freitas e Morais (2019) salientam que os comportamentos presentes na cultura do estupro são mantidos por um complexo e abrangente conjunto de contingências, de modo que modificá-los exige intervenções a nível cultural.

Em seu trabalho *Inflamatory Essays* (1977) parte conceitual, parte *street art*, a artista norte-americana Jenny Holzer produziu textos anônimos de tom passional iluminando o colapso iminente das estruturas sociais. As obras consistem em textos contendo 100 palavras divididas em 30 linhas impressas em lambe-lambes coloridos, que a artista colava pela cidade de Nova Iorque nos final dos anos 1970. A intenção era irritar e desorientar o leitor, que se via inesperadamente confrontado com verdades difíceis de processar, convocando assim o trabalho do pensamento crítico. Escritos sob um contexto histórico, social e cultural específico, o discurso dos pôsteres segue atual e já

foram ressignificados em diversos contextos para expressar diferentes questões igualmente incendiárias. Selecionamos os seguintes exemplos que se articulam com a condição das mulheres discutida neste capítulo:

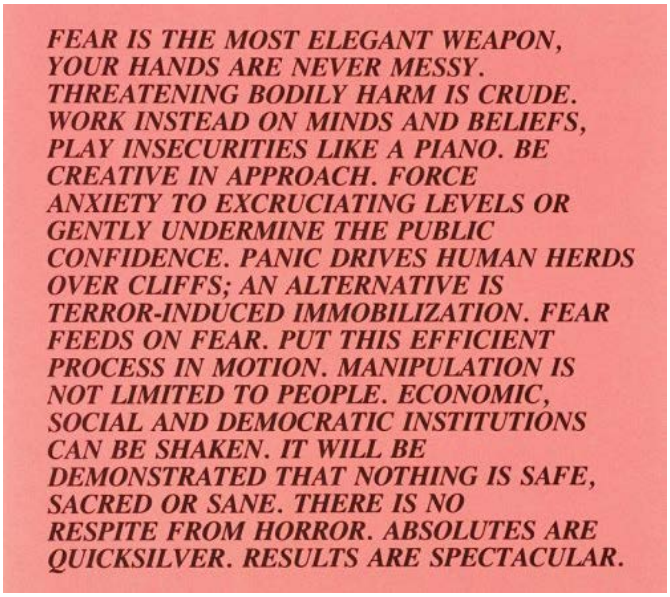

Figura 18. *Inflammatory essays*, Jenny Holzer[7]

[7] O medo é a arma mais elegante, suas mãos nunca ficam sujas. Ameaçar com danos corporais é bruto. Em vez disso, trabalhe nas mentes e crenças, toque inseguranças como um piano. Seja criativo na aproximação. Force ansiedade a níveis excruciantes ou gentilmente enfraqueça a confiança pública. O pânico direciona rebanhos humanos a precipícios: uma alternativa é a imobilização por terror induzido. O medo se alimenta do medo. Coloque esse processo eficiente em ação. A manipulação não é limitada às pessoas, instituições econômicas, sociais e democráticas podem ser sacudidas. Será demonstrado que nada é seguro, sagrado ou são. Não há descanso do horror. Os resultados são espetaculares.

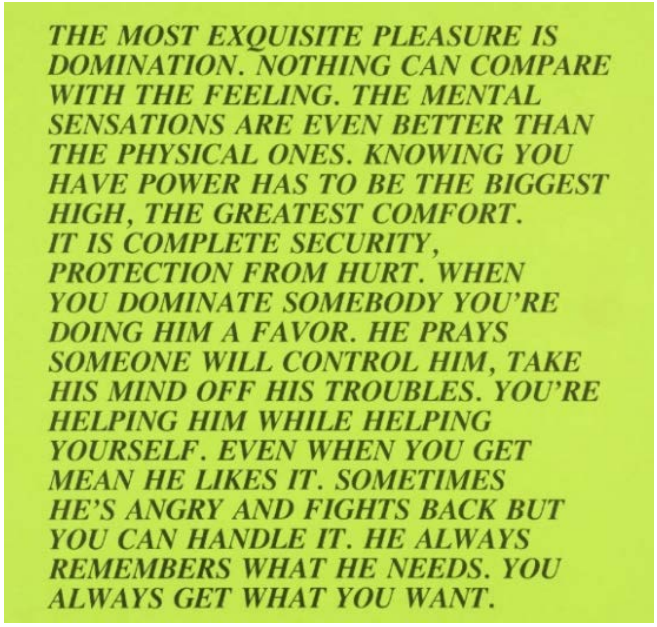

Figura 19. *Inflammatory essays*, Jenny Holzer[8]

Tal discurso provocativo, exibido no espaço público, ocasiona uma desorganização no fluxo esperado em tal esfera. Ao afirmar que a manipulação não se restringe às relações interpessoais (figura 18), Holzer flerta com a noção foucaultiana de poder que discutimos neste trabalho, a qual entende o poder como desprovido de um titular, "não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui" (Foucault, 2006, p.45).

Nestas obras de Holzer o afeto do medo assume contornos que objetivam o controle, tal como uma arma invisível. A artista ironiza sua utilização como uma ferramenta requintada e furtiva, à modelo da biopolítica na visão foucaultiana, que visa controlar o conjunto da população.

[8] O prazer mais requintado é a dominação. Nada pode se comparar com esse sentimento. As sensações mentais são ainda melhores que as físicas. Saber que se tem poder é a sensação mais elevada, o maior dos confortos. É a completa segurança e proteção do sofrimento. Quando você domina alguém, está fazendo um favor à pessoa. Ela reza para que alguém a controle, libere sua cabeça de suas preocupações. Você está ajudando ela enquanto ajuda a si mesmo. Mesmo quando você se torna maldoso, ela gosta disso. Às vezes ela fica irritada e revida, mas você pode contornar isso. Ela sempre lembra o que ela precisa. Você sempre consegue o que quer.

3.2 - “Lugar de mulher” e mulheres sem lugar

Louise Bourgeois, *Femme Maison* (1946-47).

Além de abarcar em si a dimensão concreta e metafórica, como já discutido nesta dissertação, a cidade é composta pela soma dos espaços privados e públicos, comuns e domésticos. Como Dolores Hayden (1980) discorre, o dito popular “lugar de mulher é em casa” atravessa nossa cultura de maneira mais ou menos explícita e é também o princípio que tem conduzido o projeto arquitetônico e urbano em quase todo o mundo.

Uma casa convencional serve muito mal à mulher que está inserida no mercado de trabalho. Não poderia ser diferente visto que, neste caso, a ordem dos fatores altera o resultado: a convenção é de que a mulher sirva ao lar, e não o contrário. Seja nos afastados bairros residenciais, nas pacatas zonas rurais ou nos turbulentos centros das metrópoles; em apartamentos compactos ou em condomínios de luxo, a habitação invariavelmente se organiza em torno do mesmo conjunto de ambientes: sala, cozinha, quarto, banheiro, às vezes garagem. Para que o lar cumpra sua função de ser um abrigo adequado, estes espaços requerem que alguém se encarregue de sua constante manutenção, das tarefas domésticas, do abastecimento de produtos necessários e da logística para cuidar das crianças (Hayden 1980). Esta disposição doméstica geralmente se amplia na escala da vizinhança: nas zonas residenciais do planejamento modernista, as habitações estão inseridas isoladamente de quaisquer equipamentos comunitários, comerciais ou serviços de creche e lavanderia; estes, pertencem à esfera privada da casa.

Hayden (1980) ainda explora os meandros da cultura materialista do capitalismo, que se instalou com suas sedutoras promessas de uma vida confortável e feliz apresenta os equipamentos domésticos como facilitadores da vida da dona de casa. A autora demonstra como os eletrodomésticos, em sua grande maioria de uso individual, com grande consumo de energia, são geralmente ineficientes. De uso individual, o objetivo desde o início atrelava-se muito mais ao consumo em massa destes bens do que as promessas de conforto e praticidade. Para se adequarem ao desenho da casa tradicional, e por causarem ruídos, são utilizados em ambientes mais distantes do centro de convivência da casa, criando mais uma camada de isolamento dentro do já isolado espaço doméstico privado.

A mulher que abandona o modelo familiar convencional não encontra alternativas de moradia adequada. A típica mulher divorciada ou vítima de agressão doméstica busca habitação, emprego e um lugar seguro e adequado para deixar os filhos enquanto realiza tais tarefas. A combinação destas atividades distintas é impraticável. Um ambiente que una moradia, serviços e emprego, visando a estabilidade e garantia das condições básicas para uma vida doméstica quase sempre assume a forma do modelo tradicional, do qual o homem é a parte, responsável pelo sustento econômico, enquanto a mulher, através do serviço doméstico não pago, cria todas as condições para que o homem encontre a casa em ordem e possa preocupar-se exclusivamente com sua vida social e profissional (Hayden 1980).

O problema reside no paradoxo de que as mulheres precisam trabalhar para melhorar suas condições domésticas e, ao mesmo tempo, não conseguem espaço no mercado de trabalho sem que sua demanda de tarefas domésticas seja alterada. Novamente, ouvimos ecos de Virginia Woolf nessas histórias, mesmo 78 anos depois de seu suicídio nas águas do rio Ouse, na distante Inglaterra. Em seu ensaio intitulado "Profissões para mulheres" - resultado de uma palestra que proferiu em 1931 - Virginia aponta a necessidade de combater o fantasma do "Anjo do lar", referindo-se ao papel idealizado conferido às mulheres. A figura do "anjo do lar" atormentava a escritora e representava uma ameaça constante para sua expressão artística. Assim ela o define:

> extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura. Sua pureza tida como sua maior beleza – enrubescer era seu grande encanto (Woolf, 2012, pp. 11-12).

O único meio de sobreviver ao anjo do lar era exterminando-o. Uma tarefa extenuante e contínua, pois como definido pela autora, "sua natureza fictícia é de grande ajuda: é muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade" (Woolf, 2012, p.13). E como um bom fantasma, a figura do anjo do lar possuía os meios astuciosos para reaparecer mesmo depois de ser dado por vencido.

> Fiz de tudo para esganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Se eu não a matasse, ela é que me mataria. Arrancaria o coração de minha escrita. Pois, na hora em que pus a caneta no papel, percebi que não dá para fazer nem mesmo uma resenha sem ter opinião própria, sem dizer o que a gente pensa ser verdade nas relações humanas, na moral, no sexo (Woolf, 2012, p. 13).

Em "Um teto todo seu" (2014), Virginia defende a aparente simples tese de que a mulher que deseja escrever precisa de um quarto onde possa ter privacidade e tranquilidade para exercer suas tarefas criativas e uma renda fixa. Ao longo do ensaio, a escritora analisa a falta de mulheres entre os "gênios" e associa essa invisibilidade à maternidade compulsória e à falta de acesso à educação, visto que a conciliação destes condicionantes com profissões envolvendo a criatividade e pesquisa era praticamente impossível.

Virginia, branca, burguesa, nascida no século XIX, ao norte do mundo, lutava contra o fantasmagórico anjo do lar e as limitações que marcavam mulheres semelhantes. Felizmente, mas não por acaso, sua voz foi forte o suficiente para ficar marcada na história da literatura e do feminismo.

Na Ocupação de Mulheres Mirabal, localizada em Porto Alegre, vemos claramente como as múltiplas opressões incidem sobre as mulheres, desde o lar até a ineficiência das políticas públicas e do Estado, sem deixar de passar, neste percurso de desamparo, pelas ruas concretas da cidade. Campo integrante da Pesquisa Cidades (Paulon et al, 2016), a Ocupação foi visitada sistematicamente pelo subgrupo encarregado que, utilizando-se da metodologia pesquisa-intervenção, acompanhou as conturbadas transformações pelas quais as ocupantes passaram ao longo do processo de ocupação incluindo momentos de restituição de posse que resultou na mudança de endereço.

A Ocupação Mirabal surge no contexto do Movimento de Mulheres Olga Benário, que já vinha empreendendo esforços para estabelecer um novo tipo de relação do movimento social com o poder público através do modelo de gestão compartilhada dos Centros de Referência para a Mulher. O objetivo não é substituir o poder público, e sim demonstrar que é possível operar em outra lógica de cuidado, organização, emancipação econômica e afetiva. Desde 2015, o Movimento de Mulheres Olga Benário direciona suas ações visando esta articulação, em uma postura combativa à desorganização dos órgãos responsáveis, quando existentes, e ao desmonte das políticas de combate à violência contra as mulheres (Tommasi & Assis, 2018).

Se para muitas a ideia de “lar” chama o complemento “doce lar”, para outras tantas representa muito mais uma emboscada do que um refúgio. Pode ainda oscilar entre uma coisa e outra, não é raro que o pêndulo esteja em constante movimento. Na pesquisa feita pelo IPEA, Tolerância social à violência contra as mulheres, as afirmações sobre o comportamento aceitável na dinâmica doméstica e entre casais desvelam o sexismo brutal que aprisiona concreta e simbolicamente as mulheres no ambiente doméstico.

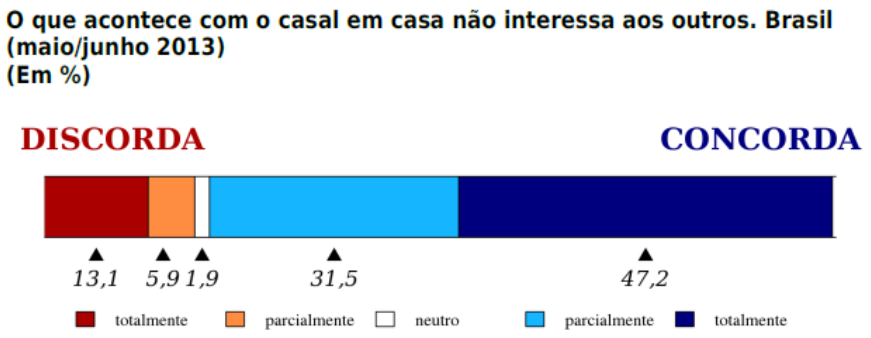

Figura 20 Gráfico 11 do Relatório IPEA/SIPS - Tolerância social à violência contra as mulheres.

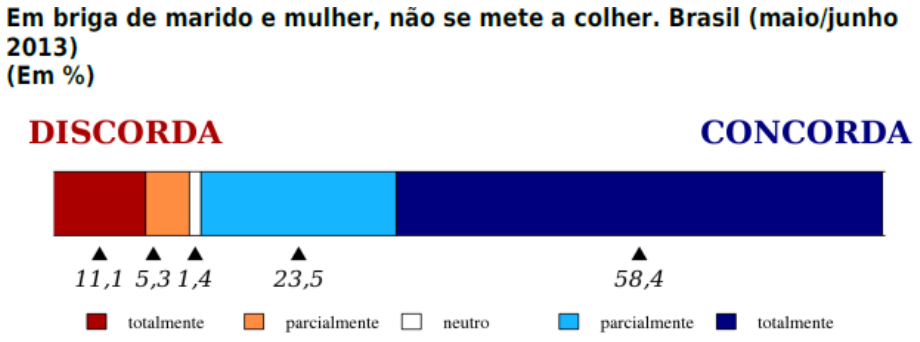

Figura 21 Gráfico 12 do Relatório IPEA/SIPS - Tolerância social à violência contra as mulheres.

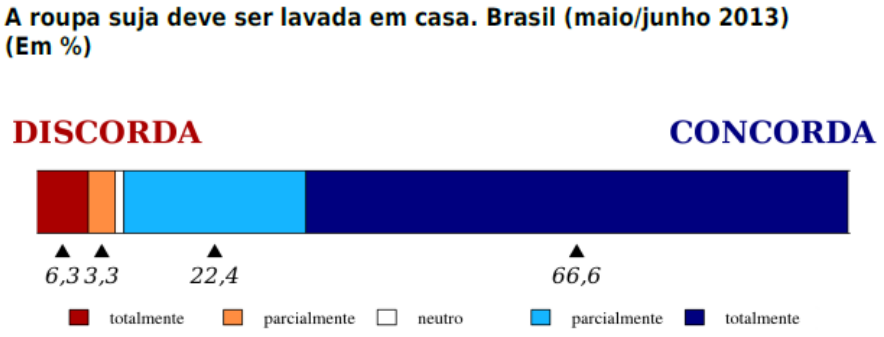

Figura 22 Gráfico 13 do Relatório IPEA/SIPS - Tolerância social à violência contra as mulheres.

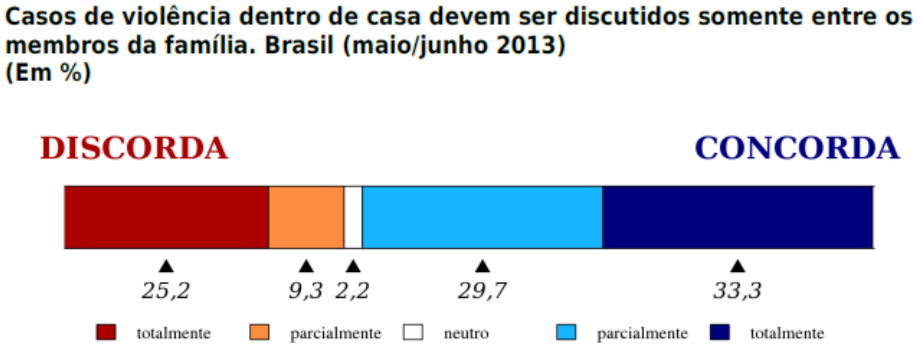

Figura 23 Gráfico 14 do Relatório IPEA/SIPS - Tolerância social à violência contra as mulheres.

Embora as histórias que ouvimos na Mirabal guardem muitas semelhanças entre si, cada sofrimento tem suas cruéis particularidades. Agredidas pelos companheiros, alienadas de suas família e redes de amizade; expulsas ou fugidas de suas casas - por meio de violência e, não raro, ameaças de morte; sem condições de subsistência, seja por falta de acesso à escolarização ou por terem se dedicado às tarefas domésticas; preocupadas em manter a guarda dos filhos e os proteger, o que vemos é um triste retrato das múltiplas opressões que atravessam os corpos ali reunidos e se ampliam e aprofundam, via de regra, quando estas mulheres demandam qualquer tipo de proteção do estado.

Inicialmente estabelecida em um casarão de propriedade de uma congregação religiosa abandonado no Centro Histórico da capital, a ocupação contava com uma ótima infraestrutura: o prédio bem conservado possui ambientes comuns amplos no pavimento térreo e várias salas nos dois andares superiores, que eram utilizados como quartos. No grande pátio ao fundo do terreno, cuja visibilidade estava protegida da rua de acesso ao prédio, lençóis e roupas molhadas enfileiravam-se nos varais. Por entre eles crianças corriam e brincavam despreocupadamente. A secrecidade, neste caso, é fator muito importante, dado que as habitantes do local estão refugiadas de seus agressores. Os eventos organizados pelo Movimento com o intuito de arrecadar alguma renda para a manutenção da casa eram abrigados no pátio e divulgados em redes sociais com inúmeros cuidados que se fazem necessários para proteção das acolhidas. Oficinas, exibição de filmes, brechós, saraus, aulas de yoga, festas, shows e aulas públicas são algumas das atividades que aconteceram ali, movimentando o coração da cidade.

As tarefas domésticas como limpeza e manutenção da casa são compartilhadas entre todas as ocupantes e um grupo de coordenadoras voluntárias, afiliadas ou não ao Movimento de Mulheres Olga Benário. Elas distribuem-se em turnos para dar conta das atividades que incluem recebimento de doações, acolhimento de novas ocupantes, auxílio no reestabelecimento econômico, social e afetivo das mulheres, e a busca por escolas e creches onde as mães possam deixar suas crianças enquanto procuram emprego ou saem para trabalhar. A relação das ocupantes com a rotina da casa e entre elas é complexa. Brigas internas são principalmente motivadas pela dificuldade de distribuir os afazeres coletivos entre tantas mulheres, e são corriqueiras as queixas sobre invasão de privacidade e intromissão quanto à forma de educar os filhos. Sob o mesmo teto, mulheres e crianças refugiadas de situações de violência física e psicológica semelhantes, mas com diferentes crenças, valores, idades, cores, origens, desejos, medos, visões políticas, personalidades, traumas e preconceitos. O contraste entre a

proposta de ser uma célula autogestionária e a realidade de portas trancadas, cujo acesso precisa ser negociado com as integrantes da coordenação, evidencia a dificuldade em se manter uma organização coletiva complexa fora do modelo hierárquico autoritário. Também habita a casa essa tensão silenciosa, mas constante.

Se entre as ocupantes e na gestão da casa a comunicação é complicada, a incomunicabilidade com o poder público resume-se a um exaustivo processo de negociação, que parece não ter fim. Contraditoriamente, o mesmo poder público que reconhece sua incapacidade de dar conta da demanda das mulheres em situação de vulnerabilidade e vê a casa como alternativa, a ponto de encaminhar as mulheres vitimadas para a Mirabal, decretou o cumprimento do pedido de reintegração de posse do proprietário, a Inspetoria Salesiana Pio X. Esta, ironicamente, alegava a intenção de abrigar no prédio um projeto de justiça restaurativa para jovens infratores. Aproximadamente um ano após o despejo das mulheres da Mirabal, a casa do Centro que abrigou a ocupação segue vazia.

Ao saírem do casarão no Centro Histórico, as mulheres ali acolhidas que não tiveram como se reorganizar por conta em algum outro espaço pela região central, onde vinham habitando e reerguendo suas vidas [9], instalaram-se no imóvel cedido pelo poder municipal, o prédio administrativo de uma escola pública desativada na Zona Norte da cidade - portanto, uma propriedade de posse do Estado que vinha descumprindo a função social da propriedade, da mesma maneira que o prédio privado anterior. Do vibrante centro da cidade com serviços, comércio, escolas e possibilidades de emprego, as mulheres foram alocadas em uma zona hostil, com um contexto ambiental diametralmente oposto ao anterior. Agora não havia mais um *playground* ensolarado em frente à casa, e sim um cinzento viaduto pelo qual carros velozes trafegam indiferentes. Em vez do grande pátio aos fundos, resguardado, um pequeno pátio frontal, voltado para o viaduto e exposto aos olhares rua. No lugar da vizinhança colaborativa e engajada, um entorno incomodado com a presença do grupo de *desordeiras*. Aliás, muito mais que incomodado: verdadeiramente ameaçador. Pelo mesmo pátio onde as crianças aprendem a andar de bicicleta em pequenos círculos, o vizinho imediato da

[9] A casa do Centro contava à época com aproximadamente 12 mulheres , muitas das quais a muito custo e empenho dos movimentos apoiadores, conseguiram trabalho e creche para os filhos na região. Em função disso, algumas se reuniram e alugaram espaços para se manterem no Centro e apenas uma das acolhidas na época se transferiu com o movimento para o espaço da Zona Norte. No momento de fechamento desta pesquisa, a Mirabal conta com quatro mulheres e seis crianças na nova habitação que teve um importante episódio judicial em julho de 2019, com votação contrária à reintegração de posse solicitada pelo município, o que acena com a possiblidade concreta do prédio ser destinado à ocupação.

ocupação, um policial que passa, sem cumprimentar, atravessa ostensivamente todo dia para estacionar seu carro fazendo questão de mostrar a arma que carrega na cintura.

Com a mudança para a nova sede, grande parte das mulheres precisou abandonar a ocupação. Sem condições financeiras para a locomoção até o trabalho ou escola dos filhos, ou impossibilitadas pelo precário sistema de transporte público que não atende adequadamente a região, aquelas que não encontraram outra solução acabaram por voltar para suas famílias. Não bastassem tantas condições adversas, logo que chegaram a prefeitura descumpriu o combinado e emitiu novo pedido de reintegração de posse, alegando a necessidade de reativar a escola. A Ocupação publicou em sua página do grupo no *Facebook* uma carta de apoio contra a expedição de mandado de reintegração de posse da Ocupação Mulheres Mirabal, na qual denuncia o descumprimento do poder municipal das negociações pactuadas referentes à cedência do novo espaço. A Ocupação reafirma sua intenção de dialogar com a gestão municipal a fim de encontrar uma solução conjunta, para que possam dar seguimento ao seu trabalho de acolhimento das mulheres (Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal, 2019).

Atualmente a Ocupação segue sendo visitada pelas pesquisadoras encarregadas deste campo. Verificou-se, no percurso cartográfico, que a maior demanda das mulheres é apoio emocional para lidar com as questões que atravessam seu cotidiano, desde pequenos desentendimentos internos entre as ocupantes até a pressão de ter que lutar contra um sistema incoerente que tem lhes fechado todas as portas, incluindo as que haviam se comprometido em manter abertas. A partir disto, foi proposta uma roda de conversa semanal, na qual mulheres são incentivadas a comunicar questões importantes no momento, e através do exercício da escuta e do diálogo formou-se uma rede de cuidado.

Segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), no ano de 2018, 92 mulheres foram vítimas do crime de feminicídio, entre consumado e tentado, somente em Porto Alegre. Destas, 22 foram fatais. A SSP-RS aponta, ainda, que houveram no ano passado 266 vítimas de estupro, 3.816 mulheres vítimas de lesão corporal e 4.200 denúncias de ameaça de agressão ou morte. Como alternativa para as mulheres em risco de vida, o município oferece com a Casa Viva Maria, com a limitada possibilidade de acolher 11 famílias simultaneamente. As contas não fecham; além de insuficientes, os recursos oferecidos pelo Estado apoiam-se em uma lógica impraticável. Percorrendo tais descaminhos, as mulheres rapidamente vão se tornando estatísticas.

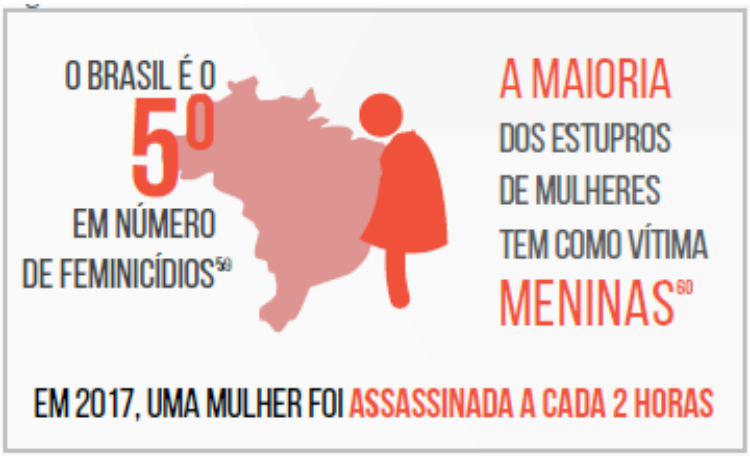

Figura 24. Fonte: Relatório Luz da Agenda 2030 de desenvolvimento Sustentável - Síntese II

Considerando a triste realidade da subnotificação - devido desconhecimento do sistema de denúncia, pela não percepção de que determinada prática é violência, pela descrença em resultados e, sobretudo, pelo medo - estes dados são uma estimativa muito inferior ao que acontece. Enquanto o feminicídio diminui entre as mulheres brancas, cresce entre as mulheres negras e indígenas, cujo índice chega a ser o dobro em relação às primeiras. O alerta foi feito pela pesquisadora Jackeline Aparecida Romio em debate sobre feminicídio na Câmara dos Deputados. Romio defende que tais dados representam a exclusão sofrida pelas mulheres negras e indígenas das políticas universais, e sinaliza a necessidade de políticas públicas específicas (Agência Câmara Notícias, 2018).

É axiomático na teoria e prática feministas que a categoria “mulher” não é unitária (Brah, 1996). O gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo a

localização de cada um dentro de relações globais de poder, de modo que dentro das estruturas de relações sociais não há como ser apenas “mulher”. Categorias diferentes se atravessam, referindo a uma condição social específica. Em relação aos tensionamentos que muitas vezes causam a cisão entre feminismos pelas especificidades da raça, a autora esclarece:

> (...) tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da ‘raça’. A racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque ‘branco’ é um significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo (Brah, 1996, p. 345).

No entanto, Brah (1996) salienta que não é o caso da categoria carecer de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. É fundamental, no entanto, identificar as especificidades de opressões particulares, entendendo suas interconexões com outras formas de opressão, e construir uma política de solidariedade, ao invés de hierarquizar as opressões e comparar lutas diferentes. Através do conceito de articulação, que relaciona questões tanto por suas diferenças quanto por suas semelhanças, entende-se que as estruturas de classe, raça, gênero e sexualidade não são variáveis independentes, visto que a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra: é constituída pela outra e é constitutiva dela. As interconexões entre racismo, gênero e classe são vistas como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto (Brah, 1996).

Davis (2016) também evidencia a importância da não hierarquização de opressões, e para isso lança mão do conceito de interseccionalidade como essencial para iluminar as nuances das opressões que se entrecruzam. A perspectiva interseccional considera as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Portanto, raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável (Ribeiro, 2016). Sobre isso comenta:

> É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as interseções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 2016, p. 12).

O termo interseccionalidade foi cunhado em 1989 pela feminista negra Kimberlé Crenshaw. Sabemos que a maior parte do arco histórico das lutas conquistas feministas invisibilizou as pautas específicas da mulher negra, de modo que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados (Ribeiro, 2016). O conceito dororidade, elaborado por Vilma Piedade (2017) surge nesta tentativa de nomear e incluir as sequelas do racismo na luta feminista, mas ultrapassando a ideia de sororidade:

> O que parece nos unir na luta feminista é a dor. A dor da violência que sofremos no cotidiano. Seja física, emocional, patrimonial, moral. No nosso caso, ainda temos a violência racial. Dororidade quer falar das sombras. Da fala silenciada, dentro e fora de nós. Da dor causada pelo racismo. E essa dor é preta (Piedade, 2017).

Temos diferenças e precisamos trabalhar a partir delas. Buscamos aqui afirmar a diferença e a pluralidade através de uma abordagem estrutural que busque entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. Trata-se das relações de poder, e não do indivíduo: a teoria do lugar de fala (Ribeiro, 2016) não pressupõe o silenciamento do outro, mas entender as fronteiras que existem entre grupos e a incapacidade de captar as experiências do diferente. Através do reconhecimento de nosso lugar no mundo, saber calar também, e aceitar que nem sempre a fala nos cabe.

Na imagem de abertura deste capítulo, vemos a figura de uma mulher nua com a cabeça coberta por uma casa. Trata-se da obra *Femme Maison*, da artista franco-americana Louise Bourgeois (1911-2010), que na década de 1940, tocada pela imposição do olhar masculino como o marco convencionado a partir do qual o mundo é explicado e moldado, dedicou-se a explorar a condição da mulher que tem seu corpo aprisionado, mas também excedendo os limites do lar. Dentre as possíveis leituras desta obra, em articulação com os relatos e dados da violência contra a mulher explorados aqui, é a ideia de que o ambiente doméstico é um espaço seguro desde que tudo o que se enxergue seja ele próprio, sem a possibilidade de vislumbrar outras perspectivas.

A mulher de *Femme Maison* não tem consciência de sua nudez exposta e, na verdade, encontra-se em uma posição de extrema vulnerabilidade - ao menos, a parte que ousou extrapolar os limites do seu reino; dentro dele, cujos limites são sacralizados pelas instituições - família e religião -, solidão e enclausuramento. Apesar de imaginarmos

prontamente a cena, não sabemos o que ela enxerga: dentro do lar o olho público não é permitido e abusos são comuns (Gompertz, 2008).

Podemos, ainda, pensar com a obra de Bourgeois nas mulheres enjauladas, consumidas e deformadas pelo lar, tal como em uma emboscada. A figura de mãe e esposa inunda o corpo que tenta preservar sua individualidade e desenvolver suas potencialidades. Imaginamos, então, se a tentativa de separar esta união tão emaranhada entre o corpo e construção não acabaria por destruir ambos. Seria então o caso de destruir o conjunto todo desta configuração, onde a mulher se confunde com o lar e vice-versa, para que possam emergir novas articulações e intersecções entre corpos e casas? (Halberstam, 2019).

Questionamentos que remetem às reflexões do *anarquiteto* Gordon-Matta Clark (1943-1978): "fazer o corte certo em algum lugar entre a estrutura e o colapso.[10]" O artista empenha-se em criar ruínas, num movimento contrário à doutrina arquitetônica funcional e "utiliza o estranhamento como provocação para desencadear o processo de assimilação de um outro sentido da arquitetura a partir da metáfora, do jogo e do movimento proporcionados pelo gesto do corte" (Cidade, 2010, p.318). Através de intervenções contraditoriamente radicais e minuciosas, Matta-Clark cria fendas em construções que estavam marcadas para demolição, especialmente em subúrbios repentinamente evacuados para fins de renovação urbana. Os rasgos eram precisos, de modo que a estrutura pudesse se manter em pé mesmo à beira do desmoronamento. Suas intervenções desconstrutivas buscavam revelar a nudez incômoda e muito pessoal da casa recém-desabitada - muitas delas ainda continham objetos pessoas dos moradores - em oposição à impessoal monumentalidade da arquitetura corrente (Cortés, 2008). Ao criar ambientes marcados pela fragilidade e iminente destruição, subverte a noção de refúgio e segurança destes espaços. Ou, talvez, apenas exponha a realidade por trás da secrecidade do espaço privado.

[10] "*Making the right cut somewhere between the supports and collapse.*" Nota de Gordon Matta-Clark. Fonte: https://placesjournal.org/article/gordon-matta-clark-spacism/

Figura 25 Gordon Matta-Clark *Splitting*, 1974. Fonte: website Real Tokyo Culture Review.

Figura 26 Gordon Matta-Clark *Splitting*, 1974. Fonte: website MET Museum.

4. URBANISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

4.1 Não violarás

Figura 27 *No violarás*, de Regina Jose Galindo. Zaragoza, Espanha. Fonte: portfolio online da artista.

Em 2014, o Ministério do Interior da Espanha lançou um decálogo de medidas para que não fossem estupradas: não pegar carona, não percorrer ruas desertas e escuras, não andar de elevador com estranhos. A resposta das mulheres através das redes sociais foi imediata: não somos nós que devemos ser prevenidas, e sim os homens que pretendem nos estuprar. Comumente abordada em termos individuais, a violência sexual é um problema social diante do qual é preciso se posicionar.

"*No violárás*" é uma instalação criada em 2012 pela artista Regina José Galindo, e desde então foi exibida em vários países.

> Em 2012 ocorreram uma série de estupros coletivos nesta rua [Avenida Roosevelt, Cidade da Guatemala]. Um grupo de homens sequestrava mulheres que dirigiam sozinhas e as estupravam no próprio carro em movimento. Posteriormente, descobriu-se que era um grupo de policiais. O governo da Guatemala culpou as mulheres por andarem sozinhas e as recomendou saírem acompanhadas. Aluguei por dois meses uma cerca e expus o texto 'NO VIOLARÁS' (Galindo, 2019 como citado em Mareca, 2019).

As duas palavras que compõem a frase no imperativo surgem como um mandamento intimidante, e provocam uma disrupção na paisagem urbana. Mesmo sem dirigir-se a ninguém especificamente, a ordem causa incômodo. Em Zaragoza, o incômodo foi tanto que homens sentiram-se criminalizados e manifestaram sua indignação nas redes sociais (Mareca, 2019).

De acordo com a tese lefevbriana, o espaço não é neutro, tampouco mero palco ou cenário. Cada sociedade produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação e expressa a sua função social, através das quais o ser humano se apropria e com o uso, garante significado (Cortés, 2008). Este entendimento também é adotado por autores como Lynch (2010) afirma que não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; e Cavenacci (2004) que entende a cidade como um diálogo constante entre o espaço arquitetônico e os atores.

Guattari (2012a), em Caosmose - um novo paradigma estético, confere função subjetiva à cidade ao afirmar que as cidades "engendram, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las" (p. 152). A cidade desenha, assim, regimes de sensibilidade, afetos, perceptos e memórias. Como resumido por Romero e Zamora (2016), Guattari considera que o destino das cidades é produzir um espaço feito de exterioridades, compreende um devir estrangeiro que se coloca na experimentação ampliada e intensificada da alteridade.

O poder da visão masculina na organização dos espaços sociais atua como um "instrumento de coação ideológica, com claros objetivos de controle (sexual, neste caso). Trata-se de um olhar quase hegemônico que tem internalizado uma misoginia e homofobia contundentes" (Cortés 2008, p. 159). Em decorrência deste modelo, o corpo da mulher é visto como um bem disponível, algo que não deve estar no espaço público,

já que, supostamente, não lhe pertence. As conhecidas “cantadas de rua”, que podem ser mais ou menos agressivas, são formas dissimuladas de violência sexual que facilmente se perpetram em locais públicos. Nessas situações, é comum as pessoas não perceberem que algo errado está acontecendo ou que simplesmente prefiram manter-se fora da situação (Freitas & Morais, 2019). Dentro do mesmo espectro, os homens podem objetificar o corpo da mulher de maneira “gentil”, fazendo gracejos, ou de maneira violenta, agredindo-o ou mesmo matando-o (Cota, 2018).

Ruas e áreas mal iluminadas, terrenos vazios, grandes extensões muradas ou gradeadas, vias de tráfego intenso em oposição às calçadas vazias, longas esperas em pontos de transporte público isolados: para as mulheres, espaços desertos geram insegurança. Se a rua é sinônimo de medo para as mulheres, precisamos, antes de mais nada, de ruas seguras. Do ponto de vista prático, Muxí aponta estratégias que, apesar de simples, possuem efeitos significativos na percepção de segurança: a existência de diversidade de usos, de pessoas, com comércio e serviços em diferentes horários, com boa iluminação, com calçadas largas, dando prioridade às pessoas e não aos carros, são alguns exemplos (Cota, 2018). No entanto, ao olharmos para as cidades, há espaço que criam rachaduras à lógica patriarcal que domina a arquitetura urbana, abrindo brechas a impensáveis utopias.

Considerar o recorte de gênero no planejamento urbano não representa a naturalização dos papéis socialmente construídos; afirmar a necessidade de um planejamento que leve em conta os múltiplos deslocamentos que as mulheres fazem na cidade, tendo em vista sua frequente dupla - ou tripla - jornada de trabalho, não significa normatizar a divisão sexual do trabalho, mas sim pensar que as tarefas produtivas e reprodutivas não deveriam estar fragmentadas no espaço urbano, assim como não deveriam estar segregados os sujeitos. Resgatemos também a necessidade de afirmar a diferença e a multiplicidade de sujeitos e subjetividades, perpassados por desigualdades de raça, classe e gênero; por diferentes necessidades, demandas e desejos: tais aspectos devem ser incorporados na equação para se pensar a justiça urbana. Entre eles, também a representatividade: as demandas das mulheres devem ser representadas por elas mesmas em decisões políticas que impactam o espaço urbano (Silva, Faria, Pimenta, 2017).

4.1.1 Uma pequena utopia feminista

Em 1997 foi concluído o conjunto habitacional *Frauen-Werk-Stadt*, em Viena, na Áustria. O projeto, cujo conceito é a rotina através da perspectiva das mulheres, é composto de 350 unidades de moradia *women friendly* em uma área residencial da cidade. Apesar de concretizado no final do século XX, desde a década de 1920 discutia-se a questão na capital austríaca, reforçando a máxima de que mudanças significativas não ocorrem da noite para o dia.

Ainda em 1923 surge na cidade uma cooperativa habitacional chamada *Heimhof*, com a intenção de tornar a vida diária das mulheres mais fácil reduzindo o peso do trabalho doméstico: com cozinha e lavanderia eram coletivas, as tarefas eram divididas, assim como a organização das contas, refeições e limpeza. Havia também creche e uma rede de cuidado coletivo com as crianças. A cooperativa era criticada por conservadores, os que se opunham ao modelo que abalava as sólidas estruturas patriarcais, e devido às crescentes dificuldades durante o período da 2ª Guerra Mundial acabou por ser fechado. A discussão retomou sua força somente nas décadas de 1970 e 1980 e o debate culminou na construção das *Frauen-Werk-Stadt* (Gilroy & Booth, 2004).

Em outra região de Viena, o bairro Aspern tem como marca identitária declarada ter um "rosto de mulher", fortalecendo a postura da cidade de reverter o apagamento histórico. Ao nomear todas suas ruas e espaços públicos homenageando mulheres - Hannah Arendt *Platz*, Janis Joplin *Promenade*, Ada Lovelace *Strasse*, por exemplo -, afirma de forma simples, clara e potente: as mulheres existem e não são invisibilizadas aqui (Hunt, 2019).

Sensíveis à prática hegemônica de planejar cidades como se somente homens as habitassem, arquitetas e urbanistas em Viena afirmam que, se o que se deseja é atender às necessidades das mulheres no planejamento, é preciso atender às necessidades dos pedestres. Dessa forma, no início dos anos 2000 um levantamento indicou áreas indutoras de ansiedade na cidade, nas quais a iluminação pública foi melhorada; as sinaleiras passaram a priorizar pedestres; calçadas foram alargadas; e bancos foram instalados em locais públicos. Não podemos influenciar a divisão do trabalho doméstico através da arquitetura, mas podemos apoiá-la. Da mesma maneira, melhorias urbanas não podem prevenir ataques sexuais, mas podem aliviar o sentimento de ansiedade nas mulheres, e assim favorecer seu acesso à cidade (Hunt, 2019).

Estes são exemplos da efetiva participação das mulheres na construção das cidades seja a partir da perspectiva profissional das mulheres envolvidas, da representatividade nas instâncias de governo, ou a partir da participação da comunidade que expõe suas necessidades e temores. Ainda, a aplicação destes preceitos não beneficia somente as mulheres, e sim proporciona uma melhoria na qualidade de vida para todas as pessoas (Coradin, 2014).

Pouco a pouco, começam a entrar em pauta também as experiências das crianças, das pessoas com mobilidade reduzida, na busca de diminuir a dissintonia entre o corpo e a cidade. Como Jacques e Dultra (2012) convidam a pensar, atentemo-nos às "corpografias urbanas" que evidenciam o movimento de resistência dos corpos contra a hostilidade dos lugares. Tentemos também perceber nessa dança de corpos pela cidade como estes se modificam diante das dinâmicas e forças que compõem o cotidiano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PRODUÇÃO DO COMUM NOS MOVIMENTOS DE MULHERES

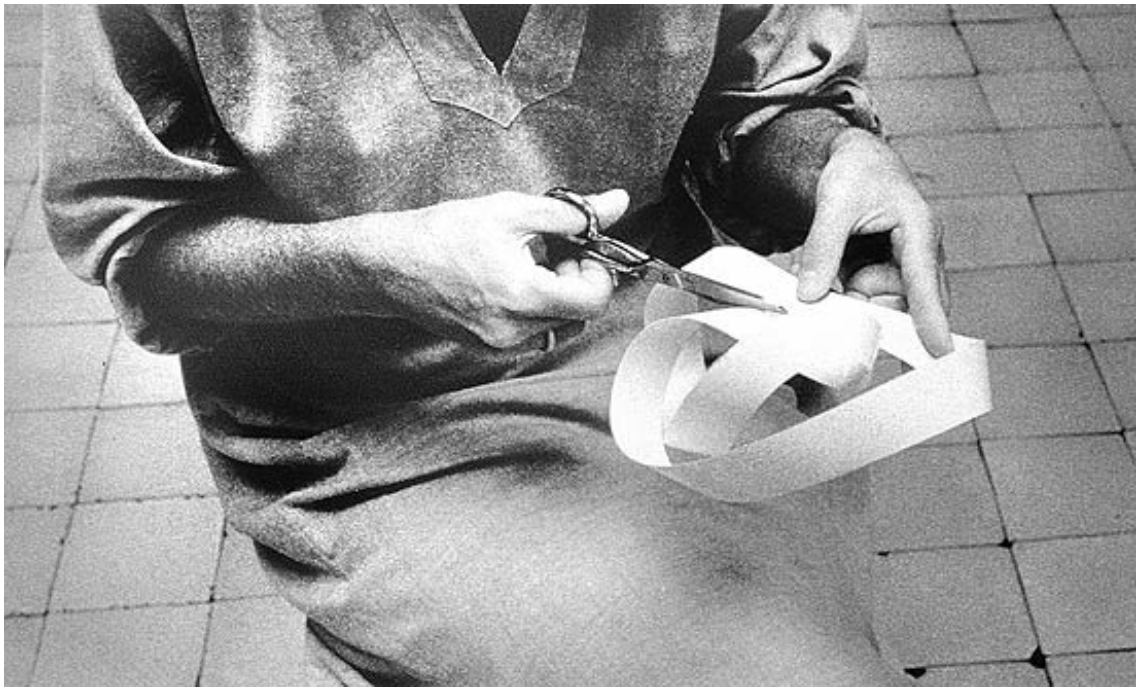

Figura 28 Caminhando, de Lygia Clark, 1963

A tessitura deste trabalho utilizou como matéria estruturante performances e obras artísticas, que atuaram como disparadores para aprofundar as questões abordadas e enxergá-las a partir de outros pontos de vista. Em tempos obscuros, nos quais ressurgem fantasmas que acreditávamos enterrados, acreditamos ser nosso dever realizar um contra-movimento em reação a esta passividade dominante, imune à alteridade. Rolnik (1989) chama de “corpo vibrátil” a potência que os corpos tem de vibrar a música do mundo, plano no qual o contato com o outro - humano ou não-humano - mobiliza afetos tão variáveis quanto a própria constituição da alteridade. Esta rede sensível, embora invisível, não é menos real do que o que podemos tocar com as mãos. A partir da atenção ao corpo vibrátil e ao desassossego causado pelo conflito entre as referências antigas e a realidade sensível que a artista cria uma nova cartografia para este mundo que se anuncia, orientando sua existência.

A imagem que trazemos no capítulo final desta dissertação é Caminhando, de Lygia Clark, na qual a artista buscava justamente desentorpecer o corpo vibrátil do espectador, convidando-o a abrir-se para outras germinações. A obra trata-se de uma fita de

Möebius oferecida junto com uma tesoura ao espectador, que é convidado a cortá-la a partir de um ponto qualquer evitando voltar a este mesmo ponto. Caso o faça, a tira separa-se e readquire lados independentes, encerrando a obra. Assim, a figura do espectador e da obra de arte como elementos independentes desterritorializam-se, e é convocada a consciência poética, inerente ao sujeito (Rolnik, 1999).

Na fita de Möebius, o dentro é fora e vice-versa; não há início nem fim. Semelhante aos caminhos do mundo, que podem levar tanto a uma vida enclausurada quanto a estradas sinuosas que se traçam na medida em que avançamos, guiados pelo saber do corpo em busca de novas linguagens e visibilidades (Rolnik, 1989). A fita serve de analogia também para descrever a relação entre biopolítica, como definida por Foucault, e biopotência: inerentes e mutáveis, a biopotência reage ao biopoder, e a potência da vida rebate o poder sobre a vida em um *continuum* cujos rumos são indeterminados. Quando há um acontecimento que reintroduz a noção da possibilidade e o desejo da multidão assume o protagonismo testemunhamos o desejo da multidão em ação, com sua carga explosiva (Pelbart, 2015).

Guattari (1989b) sinaliza para o caráter rizomático através do qual opera a lógica do controle, através da instrumentalização das subjetividades, moldando-as capciosamente para melhor atender às necessidades do capitalismo contemporâneo. Contra esse movimento de captura orquestrado pelo que denominou Capitalismo Mundial Integrado (CMI), propõe uma revolução molecular através da qual os devires minoritários e os micromovimentos confrontem os regimes molares estabelecidos. Trata-se de investir na própria subjetividade como estratégia de resistência ao regime hegemônico.

Vislumbramos, assim, um campo político sendo construído a partir do comum, na contracorrente do modelo hegemônico da inescapável lógica de controle. O comum é pautado em um conjunto de práticas que se opõem aos modelos neoliberal e autoritário de organização, fazendo este movimento de resistência no jogo do poder. Diferente da massa, que é homogênea e busca as palavras de ordem de um líder para guiá-la, a multidão é heterogênea, plural, descentralizada, rizomática: sem um líder ou direção definida, o que mantém coeso este comum é uma afetação recíproca, uma inventividade compartilhada. O comum não se refere a uma unidade soberana, e sim ao acolhimento das singularidades.

Hardt e Negri (2016) exploram como se configuram e o que podem estes movimentos da multidão, em busca de pistas para uma possível democracia global. Denominam

“devir-príncipe” este processo forjado na arte do autogoverno e na invenção formas democráticas duradouras de organização social.

> Esse conceito do comum não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais (Hardt & Negri, 2016, p. 8).

Vemos este comum surgir no lastro das insurreições populares que crescentemente tomam as ruas mundo afora. O devir político contemporâneo marca a dinâmica dos movimentos sociais através da constituição de uma rede aberta, múltipla e disforme, ampla e plural (Silveira & Savazoni, 2018). Dentre estes movimentos, o feminismo vem se expandindo e fortalecendo rapidamente. Silvia Federici (2015) aponta a precursora articulação entre o feminismo e a ideia de produção do comum. A autora defende que o comum só é possível com o entendimento da indispensabilidade de um modelo cooperativo de reprodução, para que sejam distribuídos de maneira justa as tarefas sociais, sem que a dicotomia pessoal *versus* social siga operando.

> Se a casa é o *oikos* sobre o qual se constrói a economia, então são as mulheres, tradicionalmente as trabalhadoras e as prisioneiras domésticas, que devem tomar a iniciativa de reivindicar o lar como centro da vida coletiva, de uma vida perpassada por diferentes pessoas e formas de cooperação, que proporcione segurança sem isolamento e sem obsessão, que permita o intercâmbio e a circulação de posses comunitárias e, sobretudo, que lance as bases para o desenvolvimento de novas formas coletivas de reprodução (Federici, 2015, p. 156).

As lutas de libertação das mulheres têm historicamente o caráter corporal. Como sinaliza Helene (2013), o corpo protagoniza questões desde o controle de fertilidade, políticas de aborto, violências sexuais e invasões ao corpo da mulher sem consentimento, maneiras de se vestir, mutilação/alterações corporais marcadas pelo gênero, até no que concerne aos lugares que o corpo da mulher é bem-vindo e aceito.

Ao colocarem seus corpos na rua, as mulheres afirmam o caráter necessariamente presencial das manifestações, protestos e ocupações do espaço público, corporificando a causa. Jacques (2010) afirma que este ato propõe a elaboração de novas experiências urbanas que são uma fuga do modo hegemônico de estar na cidade. O espaço público é ideal para performances que buscam rasgar a dinâmica automática corrente no cotidiano:

> essas ações corporificam, na encenação da experiência urbana, o descarte, por alguns instantes, de controles que tolhem a invenção (e inversão) de posições sociais nos fluxos urbanos". Isso porque, esse sujeito corporificado, atua sua performance do modo a se opor aos modelos de cidade e de urbanidade que o excluem, constituindo um embate simbólico de dimensões subjetivas e cognitivas de poder (Ribeiro, A. C. T., 2010, p. 32).

Dentre os protestos de mulheres, a "Marcha das Vadias" tem se destacado desde que aconteceu no Brasil pela primeira vez, em 2011. O movimento originou-se no Canadá como uma reação à declaração de um policial que culpabilizou uma vítima de estupro, alegando que as mulheres não deveriam vestir-se como *sluts* para não serem vitimizadas. O nome do movimento parodia o termo "vadia" e, de forma debochada e performática, organiza marchas pelas cidades, nas quais as mulheres se vestem com roupas curtas ou andam com os corpos à mostra, assim declarando que a culpa de abusos e violência, em circunstância alguma, pode ser atribuída à vítima.

As marchas contestam, assim, as simbologias que os corpos das mulheres carregam. Ainda sob influência dos símbolos culturais coletivos abordados anteriormente, a organização generificada do espaço da cidade é marcada pela existência de dois papéis exclusivos destinados às mulheres: ou você é "vadia" (*slut*) ou você é "moça de família". Cada um destes papéis tem seu lugar simbólico na cidade: a esposa deve permanecer confinada às funções e ao espaço do lar; e as prostitutas restritas às funções e ao espaço destinado à prostituição (certas ruas da cidade e as zonas de prostituição). A mistura entre as partes com a afirmação da insuficiência de tais dicotomias desorganiza as referências simbólicas das mentes subjugadas ao modelo hegemônico (Helene, 2013). Essa ameaça de desordem é contida por ações – muitas vezes violentas – visando a manutenção do *status quo*, entre elas a ascensão do autoritarismo e a ilusão de assegurar o bem estar por meio da repressão e conservadorismo.

A Parada Gay é outro conhecido exemplo de performance que toma as ruas como quem sabe que o espaço também lhe pertence. Celebrada anualmente, a Parada ocorre em diversas cidades do mundo por volta de junho, em comemoração à rebelião de *Stonewall*[11], e sua programação inclui uma série de eventos e ações afirmativas da comunidade LGBTQI. Ainda que grande parte dos eventos tenha caráter combativo à homofobia e a luta por direitos iguais tenha um longo caminho pela frente, Cortés

[11] Ocorridas em junho de 1969, uma série de manifestações espontâneas e violentas de membros da comunidade gay nova-iorquina em resposta à violência policial constante e gratuita. Considerados como o evento mais importante que leva ao movimento de libertação gay e a luta moderna pelos direitos LGBTQI nos Estados Unidos.

(2008) destaca a alegria como afeto que toma as ruas durante a Parada, e a relaciona à imagem de uma cidade mais generosa que, mesmo que por pouco tempo, é capaz de acolher a festa no espaço público. O autor ainda articula o aumento dos territórios gays na cidade como resultado de batalhas vencidas contra a hegemonia do espaço masculino heteronormativo - não sem criticar a dominância dos homens homossexuais em relação às lésbicas. Espaços públicos tomados pela comunidade homossexual adquirem, ainda que transitoriamente, caráter transgressor em relação à normativa urbana. Afinal, o espaço se reconfigura constantemente de acordo com o uso que lhe é atribuído.

Teoricamente mais seguro, o ambiente virtual tem sido usado de modo muito eficaz para a propagação de campanhas e denúncias além da organização e divulgação de eventos que tomam lugar no espaço público. No caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro12, ainda que as redes sociais tenham sido arena de culpabilização e agressões para a vítima do crime, a maior parte do público que acompanhava o caso foi tomada por indignação e partiu em defesa da garota, enviando-lhe mensagens de apoio e organizando protestos contra a cultura do estupro nas ruas de várias cidades brasileiras.

Neste sentido, Mello e Paiva (2017) destacam o papel das redes sociais na articulação do combate à discriminação de gênero. É crescente o número de campanhas organizadas via internet em prol dos direitos das mulheres e com o objetivo de combater o machismo, fomentando a visibilização deste assunto de consequências diárias e nefastas. No caso do estupro coletivo, várias *hashtags* surgiram nas redes, suscitando o debate ao destacar a questão. Esse movimento iniciou uma nova discussão feminista nas redes acerca do constante perigo de estupro vivido por mulheres. As *hashtags* se lançam como fagulhas incendiárias diante de cenários insustentáveis. Dentre as diversas *hashtags* disseminadas nas redes sociais nos últimos anos, resgatamos três delas para exemplificar brevemente seus efeitos.

O movimento #*Metoo* foi fundado em 2006 para ajudar sobreviventes de abuso sexual, em especial mulheres negras e outras minorias com poucos recursos financeiros. Pouco tempo depois de lançada, a *hashtag* viralizou e atraiu visibilidade para a questão, alcançando mulheres no mundo todo que lutam com as sequelas da violência sofrida (*Me Too Movement*, 2018). Mais recente, o #primeiroassedio surgiu em 2015 como resposta comentários feitos em redes sociais sexualizando uma menina de 12 anos que participava de um reality show. Tomadas pela situação, mulheres relataram através da

hashtag a primeira vez que ouviram comentários de cunho sexual, na maior parte das vezes ainda crianças. A campanha sustenta a ideia de quem deve se envergonhar do assédio é a parte que cometeu e não a que sofreu (*Think* Olga, 2015). Por fim, o #vamosjuntas, também iniciado em 2015, surge a partir de um *insight* pós-desconforto da jornalista Babi Souza, quando voltava a p sozinha do trabalho: "e se as mulheres se unissem para andarem juntas?" (Vamos Juntas, 2018). A iniciativa foi recebida com entusiasmo pelas mulheres que compartilhavam a mesma sensação de medo nas ruas. Sentiam-se assim parte de uma rede de apoio mútuo, ao acompanharem umas às outras nos trajetos em comum pela cidade, por mais curtos que fossem.

Quando questionada sobre o que é liberdade, Nina Simone (1970) responde: "eu te digo o que liberdade significa para mim: nenhum medo! Realmente nenhum medo. Se eu pudesse ter isso por metade da minha vida… É algo que realmente se sente. Como um novo jeito de enxergar". Pois tornemo-nos íntimas da resistência mais ainda quanto já somos do medo. Como reflete Benjamin em Passagens, é através dos contrastes que a vida se recria. A negação tem seu valor como pano de fundo para os contornos do positivo. E segue: "a mudança do ângulo de visão (mas não de critérios!) faça surgir novamente, nela também, elemento positivo e diferente daquele anteriormente especificado. E assim por diante *ad infinitum*, ate que todo passado seja recolhido no presente em uma apocatástase histórica" (Benjamin, 2009, p. 501).

Com estes exemplos de marchas e movimentos, voltamos a atenção pra o fato de que ainda que a cultura de massa produza indivíduos normalizados, arquitetados uns aos outros em uma construção hierárquica com seus sistemas de valores e de submissão muito dissimulados, a ponto de invadir nosso inconsciente, imaginação e sonhos, podemos opor esta máquina de produção de subjetividade aos processos de subjetivação, como nos fala Guattari. É possível a constituição de uma singularização existencial que coincida com a vontade de modificar o mundo e instaurar dispositivos para alterar valores de uma sociedade que não é representativa (Guattari & Rolnik, 2017). Forjam-se assim novos modos de sensibilidade e de relação com o outro: o comum, produzido sem alardes, em sua potência máxima.

Guattari fala sobre o feminismo não buscar somente o reconhecimento dos direitos da mulher dentro do contexto doméstico ou profissional, por exemplo, mas abarca uma dimensão maior: um devir feminino que diz respeito aos homens e crianças também, à sociedade como um todo. O devir feminino qualifica uma economia do desejo que se

inclina a colocar em questão certas demarcações sociais, em direção a tornar possível falar de um mundo dominado pela subjetividade masculina, mundo em que este devir é marcado por uma proibição. A ideia de devir está ligada a possibilidade de processos de singularização: singularidades femininas, homossexuais ou negras que possam romper com as estratificações dominantes. A mola propulsora da problemática das minorias é justamente a multiplicidade, a pluralidade, e não o retorno a uma identidade cultural (Guattari & Rolnik, 2017).

Retomando o incômodo das questões que impulsionaram a composição deste trabalho, reconhecemos que, ainda que as forças que concorrem para que as mulheres se subjetivem de determinada maneira no espaço urbano passem pela concretude da cidade construída, com seus símbolos remetendo ao poder masculino; pela cultura do estupro, abstrata e invisível - tal como o anjo do lar de Woolf -, esta ameaça constante, que pode ou não concretizar-se a qualquer momento; estas forças também proporcionam a tessitura de redes de apoio em vários níveis. Nesse sentido, reiteramos a ideia de Guattari de que as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares: dimensões que se entretecem como fios de uma mesma trama (Guattari & Rolnik, 2017).

A desconstrução da cultura do estupro é uma tarefa contínua e coletiva. Como Lima (2017) nos mostra, é preciso identificar em cada lei, cada prática, cada norma socialmente aceita, são ações urgentes em direção ao estabelecimento de uma sociedade justa e igualitária. O incômodo é inevitável, mas também necessário: tomemos como dispositivo de mudança, impulso para lançarmo-nos em outra direção.

Subscrevendo ao alerta de Wilson (1991), o ponto de vista que evidencia apenas a insegurança pode acabar por reificar a dominação patriarcal E estimular o medo. Propomos direcionar nossa atenção à multidão, à produção do comum, às astúcias urbanas femininas, formulação de estratégias para esgueirar-se entre o regime de controle dominante. Através de ações coletivas é que os espaços são transformados: ainda que com caráter efêmero, sua força libertadora efetiva-se enquanto são criados. Monnet (2009) nos convida a tomarmos as ruas não como convidadas, mas como anfitriãs da cidade. Há, certamente, um longo caminho pela frente. Apostemos nossas fichas na insistência. Mas mesmo no desesperançado mundo contemporâneo, pequenas utopias apontam a possibilidade da construção de espaços de liberdade.

REFERÊNCIAS

#meninapodetudo - como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E? (Énois Inteligência Jovem/Instituto Vladimir Herzog/Instituto Patrícia Galvão, 2015). Recuperado de https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/meninapodetudo-machismo-e-violencia-contra-a-mulher-enois-inteligencia-joveminstituto-vladimir-herzoginstituto-patricia-galvao-2015/

Agência Câmara Notícias. (2018). Feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas, aponta pesquisadora. [Portal da Câmara dos Deputados]. Recuperado em 7 de julho, 2019 de https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/direitos-humanos/565155-feminicidio-cresce-entre-mulheres-negras-e-indigenas-e-diminui-entre-brancas,-aponta-pesquisadora.html

Araújo, M. (2006). Sociedade de controle e capitalismo rizomático. Revista Critério, 6. Recuperado em 17 julho, 2019 de http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/capitalismo_mguilherme.pdf

Arch20 (2019). Jeddah Tower: 10 Things to Know About The World's Tallest Building in 2020. Arch20. Recuperado em 20 julho de 2019 de https://www.arch2o.com/wp-content/uploads/2017/07/Arch2o-jeddahtower-featuredimage-04.jpg

Benevolo, L. (2009). História da Cidade. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva.

Benjamin, W. (2009). Passagens. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Booth, C. & Gilroy, R. (2000). Mainstreaming Gender Sensitive Housing: A Case study of the Frauen-Werk-Stadt Model Project. Open House International: volume 25, No. 4, pages 45 - 53. Recuperado em 14 maio de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/28068823_Changing_the_mould_The_Frauen-Werk-Stadt_model_proyect/link/56e6c58708ae65dd4cc1cde3/download

Britto, F. D. & Jacques, P. B. (2009Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana Fractal: Revista de Psicologia, v. 21 – n. 2, p. 337-350, Maio/Ago.

Cardoso Filho, C. A. (2016). A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 2, p. 242-251, maio-ago. 2016. doi: http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1458

Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal (2019, julho 8). Carta de apoio contra a expedição de mandado de reintegração de posse da Ocupação Mulheres Mirabal [Facebook]. Recuperado de https://www.facebook.com/MulheresMirabal/posts/911957212497745?__tn__=K-R

Cavenacci, M. (2004). A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicaçãourbana. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel.

Cervi, N., Francisco, B., Friedel, C., Miñarro, L., Musaluppi, H., Sartor, L.A. (Produtores) & Taretto, G. (Diretor). 2011. *Medianeras* [DVD]. Buenos Aires: Rizoma/ Pandora/ Zarlek Producciones Imovision.

Cesar, A. C. (2013). Poética. São Paulo: Companhia das Letras.

Cidade, D. (2010). Os cortes de Gordon Matta-Clark: um ritual de destruição e reconstrução da arquitetura. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Cota, D. A. (2018). Entrevista com Zaida Muxí. Cidade, política e gênero. Vitruvius. Recuperado em 30 julho 2019, de http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/18.075/7123

Coradin, R. (2014). Arquitetura e gênero: três projetos em Viena. In: I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible, 2014, Barcelona. I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible. Barcelona: Master Laboratorio de la Vivienda Sostenible del Siglo XXI,. v. I.

Cortés, J. M. G. (2008). Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social, São Paulo: Editora Senac.

D'souza, a., McDonough, T. (2006). The invisible flâneuse? Gender, public space, and visual culture in nineteenth-century Paris, Manchester: Manchester University Press.

Deleuze, G. (1992). Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In G. Deleuze *Conversações: 1972-1990*. (1ª ed. pp. 219-226). Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deleuze, G. (2005b). Foucault. São Paulo: Brasiliense.

Delgado, M. (2007). Ciudades movedizas. Barcelona: Anagrama.

Ferreira Neto, J. L. (2004). Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. Rev. Dep. Psicol. UFF;16(1):111-120.

Flach, G. A. (2016). Sobre containers e medianeras: Intervenções urbanas e subjetivações limiares. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Foucault, M. (1978). Conversação sem complexos com um filósofo que analisa as “estruturas do poder” In: Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Vera Lúcia A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 307.

Foucault, M. (2006). Microfísica do Poder. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.

Frank, P. (2017). Jenny Holzer's 'Nasty' Essays Will Get You Ready For A Revolution. HuffPost. Recuperado em 7 dezembro 2017 de https://www.huffpostbrasil.com/entry/jenny-holzer-nasty-essay_n_588673a4e4b096b4a234002e

Franklin, K. (2012). O papel da mulher na cidade: atividades femininas na Antiguidade e a ideia de guardiã em Platão. In G. Cornelli (Org). Representações da Cidade Antiga: categorias históricas e discursos filosóficos. (s. n., pp. 173). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Freitas, J. C. C. & Morais, A. O. (2019). Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. ACTA COMPORTAMENTALIA Vol. 27, Núm. 1 pp. 109-126.

Galindo, R. J. Obras. Recuperado em 7 dezembro de 2017, de http://www.reginajosegalindo.com/

Gehl, J. (2013) Cidade Para as Pessoas. São Paulo. Perspectiva.

Gompertz, W. (2008). My life in art: The day Bourgeois moved me to tears. The Guardian. Recuperado em 23 abril, 2019, de https://www.theguardian.com/artanddesign/2008/oct/07/louise.bourgeois

Guattari, F. (1989b). Cartografias esquizoanalíticas. Buenos Aires: Manantial.

Guattari, F.; Rolnik, S. (2017).Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes.

Halberstam, J. (2019). Body unbuilding: on cuts, stitching and anarchitecture. The Architectural Review. Recuperado em 7 maio, 2019, de https://www.architectural-review.com/essays/body-unbuilding-on-cuts-stitching-and-anarchitecture/10041090.article

Hardt, M. (2000). A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, E. (Org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34.

Harvey, D. (2008). O direito à cidade. New Left Review n. 53. (J. Pinheiro, Trad.) São Paulo.

Hayden, D. (1980). What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. Signs, Vol. 5, No. 3, Supplement. Women and the American City: The University of Chicago Press

Hunt, E. (2019). City with a female face: how modern Vienna was shaped by women. The Guardian, Recuperado em 20 junho 2019, de https://www.theguardian.com/cities/2019/may/14/city-with-a-female-face-how-modern-vienna-was-shaped-by-women

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2014). Tolerância social à violência contra as mulheres. Recuperado em 18 abril 2019, de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf

Konrad, M. R. (2017) Medusa e a questão de gênero ou a punição por ser mulher. Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 7, número 25. www.faceq.edu.br/regs

Kunstler, J. H. & Salingaros, N. A. (2001). The end of tall buildings. Reccuperado em 20 julho 2019 de https://www.planetizen.com/node/27

Leadbeater, C. (2016). How many phallic symbols does the world really need? The Telegraph. Recuperado em 12 abril 2019, de https://www.telegraph.co.uk/travel/comment/tallest-building-how-many-phallic-symbols-does-the-world-need/

Lefebvre, H. (2016). O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

Lima, L. L. G. - Cultura do Estupro, Representações de Gênero e Direito Language and Law / Linguagem e Direito, Vol. 4(2), 2017, p. 7-18

Lynch, K. (2010). A imagem da cidade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Mareca, A. (2019). 'No violarás': la instalación artística que se completa con las reacciones despertadas. La Marea. Recuperado em 30 julho, 2019, de https://www.lamarea.com/2019/04/07/no-violaras-la-instalacion-artistica-que-se-completa-con-las-reacciones-despertadas/

Massey, D. & Keynes, M. (2004). Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. GEOgraphia. Ano 6, nº 12.

Me Too Movement (2018). Recuperado em 15 março 2019, de https://metoomvmt.org/about/#history

Mello, A. R. e Paiva, L.M. L. Caso de Estupro Coletivo no Rio de Janeiro: repercussõesno Congresso Nacional e no Poder Judiciário. Cadernos de Segurança Pública | Ano 9. Número 09. novembro de 2017 | www.isp.rj.gov.br

Monnet, N. Flanâncias femininas e etnografia. (2013). Tradução Paola Berenstein Jacques. Revista Dobra, n. 11, p. 218-234. Salvador: Edufba. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/?page_id=109

Moura, V. P. T. Uma experiência urbana na Buenos Aires do filme Medianeras. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015

O Estatuto da Cidade : comentado. Organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010. 120 p. : il.

Ortolan, M. 2016. *Slut Shaming*: Análise das contingências envolvidas. In XXV Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, Foz do Iguaçu.

Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. (Orgs.). (2015). Pistas do método da cartografia - Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina.

Pelbart, P. P. (2003). Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras.

Pelbart, P. P. (2015). Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... Saúde Soc. São Paulo, v.24, supl.1.

Rago, M.; Veiga Neto, A. Para uma vida não fascista. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009, p.253-267. ISBN978-85-7526-440-9

Ribeiro, A. C. T. (2010). Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: Jacques, P. B., BRITTO, F. D.(Org.) Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 24-41.

Ribeiro, D. (2017).O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento.

Rodrigues, A. C. & Baptista, L. A. S. Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. Psicologia & Sociedade; 22 (3): 422-429, 2010.

Rolnik, R. (1988). O que é cidade. Coleção primeiros passos. Editora brasiliense.

Rolnik, S. (2018). O novo tipo de golpe de estado: um seriado em três temporadas. El País. Recuperado em 12 maio, 2019, de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/12/actualidad/1526080535_988288.html

Rolnik, S. (1989). Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade.

Rolnik, S. (1999). Molda-se uma alma contemporânea: o vazio-pleno de Lygia Clark In The Experimental Exercise of Freedom: Lygia Clark, Gego, Mathias Goeritz, Hélio Oiticica and Mira Schendel, The Museum of Contemporary Art, Los Angeles.

Saffioti, H. (2004). Gênero, patriarcado e violência. Gênero, patriarcado, violência. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Secretaria da Segurança Pública. (2019). Indicadores da Violência Contra a Mulher. Recuperado em 10 agosto 2019 de https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher

Silveira, S. A. e Savazoni, R. (2018). O conceito do comum: apontamentos introdutórios. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.14, n.1.

Scott, J. (1989). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução Portuguesa de Christine Ru_no Dabat e Maria Betânia Ávila. Edição de SOS Corpo.

Sennett, R. (2014). Carne e pedra - o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução Marcos Aarão Reis. 3ª edição - Rio de Janeiro: Best Bolso.

Silva, N.A., Faria, D., Pimenta, M. (2017). Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. XVII Enanpur. São Paulo

Solnit, R. (2016). A História do Caminhar. Tradução Maria do Carmo Zanini. São Paulo: Martins Fontes.

Tommasi, L. & Assis, I. (2018). As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do movimento de mulheres olga benário e o CRM Helenira Preta. R. ÎANDÉ Ciências e Humanidades. São Bernardo do Campo, v.2, n.1, p.27 - 41, jul/2018.

Think Olga (2015). Hashtag transformação: 82 mil tweets sobre o #primeiroassedio. Recuperado em 20 abril, 2019, de https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/

Vamos Juntas (2019). Resuperado em 20 de julho, 2019, em https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/

Valencia, N. (2019). These Are the World's 25 Tallest Buildings. Archdaily. Recuperado em 12 junho, 2019, https://www.archdaily.com/779178/these-are-the-worlds-25-tallest-buildings

Wilson, E. (2000). O flâneur invisível. In The Contradictions of Culture: Cities, Culture, Women . SAGE.

Woolf, V. (2015). O sol e o peixe - prosas poéticas. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Woolf, V. (2012). Profissões para mulheres e outros artigos feministas. tradução bottmann, denise. editora: l&pm editores.

Woolf, V. (2014). Um teto todo seu. Tradução Vera Ribeiro. Circulo do Livro S.A. São Paulo.

Romero, M. L. e Zamora, M. H. (2016). Pesquisando cidade e subjetividade: corpos e errâncias de um flâneur-cartógrafo. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 21, n. 3, p. 451-461, jul./set.